

# O Protestantismo e a Palavra Impressa no Brasil

---

## INTRODUÇÃO: A INVENÇÃO DA IMPRENSA MODERNA:

Como sabemos, o alemão Johannes Gensfleisch ("carne de ganso") (c. 1397-1468), apelidado de Gutenberg devido ao nome da casa de sua família, é considerado o "pai da imprensa". Gutenberg era natural de Mogúncia, proveniente de uma família nobre, a qual devido a uma revolta popular, teve de se exilar em Estrasburgo, por volta de 1430.

Na realidade, a imprensa já era conhecida bem antes do nascimento de seu "pai". Gutenberg era um bom xilógrafo, que começou sua experiência com madeira, depois tentou usar chumbo, por ser material mais resistente. Faltava-lhe, entretanto, a liga de antimônio e estanho, a fim de obter a consistência necessária para imprimir sem marcar o papel.

A novidade de Gutenberg, consistiu nos tipos móveis (tipografia),<sup>1</sup> fabricados de metal, por meio de punções, matrizes e molde, elementos que caracterizavam a verdadeira tipografia, além da descoberta especial de chumbo, estanho e antimônio, conhecido depois como metal-tipo.

O ano de 1440 foi tradicional e arbitrariamente considerado a data da invenção da imprensa.<sup>2</sup> Tradicionalmente,<sup>3</sup> o primeiro livro impresso por Gutenberg foi a Bíblia em 1454. Antes dela, ele apenas imprimira folhetos e folhas avulsas.

A Bíblia impressa por Gutenberg, Johann Fust (c. 1400-1466) e Peter Schoeffer (1425-1503), ficou conhecida como a Bíblia de 42 linhas, isto porque a sua maior parte foi impressa em 42 linhas por página. Gutenberg começou a sua impressão com 40 linhas, todavia, procurando baratear os custos da edição, passou a compô-la com duas linhas a mais. Ela foi composta e impressa em dois volumes, em língua latina, contendo duas colunas por página, perfazendo um total de 1281 páginas. A sua tiragem foi de 100 exemplares. Ela apresentava caracteres góticos

---

<sup>1</sup>Os chineses também se antecederam a Gutenberg na criação de tipos móveis, todavia, ao que parece, eles teriam caído em desuso por não serem apropriados para a impressão do chinês, com a sua infinidade de caracteres distintos (Cf. McMurtrie, 1982, p. 109).

<sup>2</sup>"A mais antiga data, porém, que pode ser atribuída, com toda confiança, a qualquer livro feito a partir de gravuras, é a de 1440. Esta pequena obra, conhecida por *Spirituale Pomerium* ["Recanto Espiritual"], consiste em doze gravações em madeira impressas como gravuras e acompanhadas de texto manuscrito; é portanto indicativo de uma fase muito primitiva do livro de gravuras" (Usher, 1973, Vol. 2, p. 48-49).

<sup>3</sup>O primeiro livro datado, impresso provavelmente por Gutenberg e seus auxiliares, foi o *Saltério*, o qual em sua última página contém os seguintes dizeres, em latim: "O presente volume dos salmos, adornado com lindas letras maiúsculas e com rubricas realçadas, foi feito pela engenhosa invenção da imprensa e estampagem sem intervenção da pena e diligentemente concluído para o culto a Deus por Johann Fust, cidadão de Mogúncia, e Peter Schoeffer de Gernsheim, no ano do Senhor de 1457, na véspera da festa da Assunção [14 de agosto]" (Cf. McMurtrie, 1982, p. 174 e Man, 2004, p. 199).

esbeltos (chamados de "gótico missal"), relativamente grandes, semelhantes aos da caligrafia da época, e tornou-se notável por seu excelente aspecto gráfico. Calcula-se que foram usadas nesta obra, 290 peças, entre letras comuns, abreviaturas, cifras e ligações.

Atribui-se, também a Gutenberg, a edição de outra Bíblia latina, conhecida como "Bíblia de 36 linhas" impressa em 1461, da qual restam alguns exemplares.

## 1. A RELEVÂNCIA DA TIPOGRAFIA PARA O HUMANISMO-RENASCENTISTA:

“Chegando a noite, de volta a casa, entro no meu escritório: e na porta dispo as minhas roupas cotidianas, sujas de barro e de lama, e visto as roupas de corte ou de cerimônia, e, vestido decentemente, penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado; por eles acolhido com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão das suas ações, e eles humanamente me respondem; e não sinto durante quatro horas aborrecimento algum, esqueço todos os desgostos, não temo a pobreza, não me perturba a morte: transfundo-me neles por completo” (Maquiavel, 1973, p. 119).

A impressão de livros foi de fundamental importância para o Humanismo-Renascentista. A imprensa foi a satisfação de uma necessidade vital. Aliás, como não poderia deixar de ser, a imprensa não teria tanto sucesso se não houvesse um público carente do seu produto e disposto a adquiri-lo.

Certamente, com uma dose de exagero, comenta Sichel (1977, p. 11-12):

"O Renascimento nunca poderia ter sido o verdadeiro Renascimento, a difusão da cultura entre a multidão, se esse entusiasmo não tivesse surgido simultaneamente com o meio de difundi-lo. Até parece, na verdade, que o próprio entusiasmo produziu a invenção da imprensa, assim como uma corrente poderosa força uma passagem. Numa época em que a disseminação da literatura dependia de copistas de manuscritos,<sup>4</sup> mesmo que houvesse centenas deles, as idéias estavam fadadas a permanecer em posse da minoria (...). É sempre uma questão interessante a de que os homens produzem os movimentos, ou os movimentos produzem os homens".<sup>5</sup>

<sup>4</sup> A tarefa dos copistas era extremamente árdua, levando-os sistematicamente a concluírem o seu trabalho com um desabafo, que ficava registrado no livro copiado, como este: "Quem não sabe escrever julga que isso não é trabalho" (Vejam-se: Saraiva, 1950, Vol. 1, p. 77; Le Goff, 2002, Vol. 2, p. 567).

<sup>5</sup> Não deixa de ser oportuno lembrar a observação de Febvre e Jean Martin, de que um livro sozinho talvez nunca convença ninguém; ele é apenas a prova material de conceitos, por isso, não se deve exagerar a importância do livro no surgimento e difusão da Reforma (Febvre & Martin, 1992, p. 409; Briggs & Burke, 2004, p. 86).

Desta forma, após a invenção da imprensa, iniciou-se um processo efetivo de confecção de livros para os estudantes, rompendo, aos poucos, com o monopólio intelectual do clero e<sup>6</sup> a transmissão oral do saber, que caracterizou bem a Idade Média. "A imprensa foi o fator fundamental para a promoção da democracia na área cultural" (Nunes, 1980, p. 21). E, "a linha divisória entre as tecnologias medieval e moderna" (Usher, 1973, Vol. 2, p. 45). Sem dúvida, não deixa de ter razão Bacon (1561-1626), ao afirmar: "Vale também recordar a força, a virtude e as consequências das coisas descobertas, o que em nada é tão manifesto quanto naquelas três descobertas que eram desconhecidas dos antigos e cujas origens, embora recentes, são obscuras e inglórias. Referimo-nos à arte da imprensa, à pólvora e à agulha de marear [bússola]. Efetivamente essas três descobertas mudaram o aspecto e o estado das coisas em todo o mundo: a primeira nas letras, a segunda na arte militar e a terceira na navegação" (Bacon, 1973, p. 94).<sup>7</sup> Sem a imprensa o progresso da ciência seria protelado (Cf. Braudel, 1977, Vol. 1, p. 366).

Retornando à imprensa, deve ser observado que a maioria esmagadora dos livros publicados era de autores antigos os quais eram tidos explicita ou veladamente como o modelo do saber. Desta forma a transformação no campo cultural será, ainda que rápida, gradual.

Assim, entre 1450 e 1500, estima-se que foram feitas 35 a 40 mil edições na Europa, representando 15 a 20 milhões de exemplares.<sup>8</sup> Neste período, há registro de 1125 estabelecimentos impressores, em 259<sup>9</sup> cidades européias.<sup>10</sup> Destas obras impressas, 77% eram em latim,<sup>11</sup> 10% em italiano,<sup>12</sup> 6% em alemão, 5% em francês, 2% em inglês e 1% em holandês e espanhol. Os livros religiosos alcançaram o total de 40-45%; as obras clássicas 30%, as de Direito 10%, e as de Ciência 10%.<sup>13</sup>

<sup>6</sup>Vejam-se: Saraiva, 1950, Vol. 1, p. 73-74; McMurtrie, 1982, p. 349; Duby, 1999, p. 17; Kristeller, 1995, p. 14; Kuhn, 2002, p. 123.

<sup>7</sup> Na Inglaterra não era estranho ser identificada a invenção da imprensa com a providência de Deus (Ver: Hill, 2003, p. 30).

<sup>8</sup>Vejam-se: Febvre & Martin, 1992, p. 273, 374; Escolar, 1988, p. 364; Reid, 1990, p. 39; Verger, 1999, p. 124.

<sup>9</sup> Estes números são estimativos; Febvre e Martin (1992, p. 273) falam que "236 localidades pelo menos viram prelos funcionar". Este movimento longe de diminuir continua incrementado no século XVI (Vejam-se: Febvre & Martin, 1992, p. 273ss.; Escolar, 1988, p. 387ss.).

<sup>10</sup> Este número tendeu a aumentar; calculando-se por baixo, acredita-se que no século XVI, foram impressos entre 150 e 200 milhões de exemplares (Veja-se: Febvre & Martin, 1992, p. 374).

<sup>11</sup>A Itália era campeã em publicação de livros em latim, 82,5%, seguida de perto pela Alemanha: 80,3% e França: 71% e, mais distantemente, pela Espanha: 48% e Inglaterra: 45%. (Cf. Escolar, 1988, p. 365). Contudo, no século XVI, especialmente a partir de 1530, o latim foi perdendo terreno para as línguas nacionais (Veja-se: Febvre & Martin, 1992, p. 448ss.). Burke observa que "o latim era a língua não só da Igreja, mas também do direito e de boa parcela da administração pública. A alternativa a ele não era o italiano, mas sim os dialetos. Embora o toscano estivesse ampliando seu espaço no início do período moderno no domínio da literatura, ele ainda não havia invadido os domínios dos negócios, da política e da Igreja, muito menos a privacidade da família" (Burke, 1997, p. 19).

<sup>12</sup> É interessante notar que um dos agravantes na condenação de Galileu Galilei (1633), é que ele além de seguir a hipótese copernicana, escrevia em italiano. Diziam os acusadores, "A língua (...) mais indicada para arrastar para o seu lado o povo ignorante no meio do qual o erro tem mais aceitação" (Apud Rossi, 2001, p. 183).

<sup>13</sup> Cf. Escolar, 1988, p. 364,365. Vejam-se outros dados, In: Febvre & Martin, 1992, p. 377ss). Christopher Hill mostra a primazia dos livros científicos publicados na Inglaterra e que 90% deles eram es-

Outros dados apontam para o fato de que entre 1445 e 1520, 75% das obras impressas, eram religiosas (Delumeau, 1989, p. 77).<sup>14</sup> Referindo-se à Itália dos séculos XVI e XVII, Burke (1997, p. 37) diz que é “no domínio da política (...) que se pode encontrar a verdadeira invasão de material impresso”.

A partir de 1460, a imprensa difundiu-se com relativa rapidez, já tendo alcançado em 1470 as cidades alemãs de Bamberg (c. 1460), Estrasburgo (c. 1460), Colônia (1466) – então a maior cidade da Alemanha que já dispunha de uma Universidade desde 1388 (Cf. Verger, 2002, Vol. 2, 587) –, Augsburg (1468) e Nuremberg (1470). Em 1480, 23 cidades alemãs possuíam oficinas impressoras. Antes de 1500, este número tinha sido ampliado para 60 cidades. (Ver: Escolar, 1988, p. 316-317; Guedes, 2001, p. 25). Todavia, a expansão da imprensa não era apenas na Alemanha. Vamos encontrá-la na Itália (1462-1465);<sup>15</sup> Boêmia (1468); França (1470), sendo a primeira obra impressa na França, a correspondência latina de Gasparino Barzizi, *Epistolarum Liber*;<sup>16</sup> Holanda (1469-1470);<sup>17</sup> Espanha,<sup>18</sup> Bélgica (1473) e Hungria (1473); Polônia (1474-1475); Inglaterra (1477);<sup>19</sup> Suíça (1478);<sup>20</sup> Áustria e Dinamarca (1482); Suécia (1483), Portugal (1487);<sup>21</sup> Turquia (1494); México

---

critos em inglês. Conclui: “Com a duvidosa exceção da Itália, nenhum país apresenta uma proporção tão alta de livros científicos em vernáculo nesse período [1475-1640]” (Hill, 1992, p. 28).

<sup>14</sup>Consta que no século XV foram feitas 133 edições da Vulgata (Veja-se: New, 1969, p. 106).

<sup>15</sup>Quanto à discussão a respeito da data, vejam-se: Nunes, 1980, p. 21-22; Burke, 1997, p. 17, 35; Febvre & Martin, p. 267,271; Escolar, 1988, 318ss. No final do século XV, não menos de 73 cidades italianas dispunham de impressoras (Cf. Saraiva, 1950, Vol. 2, p. 115). O problema de se datar com precisão a introdução da imprensa nos diversos países, se deve a três fatores especiais: 1) Em alguns casos, à não existência de nenhum exemplar da suposta primeira obra; 2) A ausência de datas e nomes dos impressores em algumas dessas obras; 3) Algumas obras serem atribuídas à outras cidades, a fim de seus editores escaparem da perseguição movida pelas autoridades.

<sup>16</sup>Veja-se: Delumeau, 1984, Vol. 1, p. 98. A imprensa se estabelece em Paris em 1470, na Sorbonne (cf. Lafaye, 2004, p. 27; Guedes, 2001, p. 26). A primeira Bíblia impressa na França se deu em 1476, pelos tipógrafos alemães radicados em Paris, Ulrich Gering, Michael de Friburgo e Martin Crantz (McMurtrie, 1982, p. 209,211). A imprensa proliferou na França nos últimos 20 anos do século XV; em 1480 só havia impressoras em nove cidades; em 1500 atingiu 40 cidades, continuando no século XVI seu progresso, ainda que algumas tipografias tivessem uma duração efêmera (Vd. Febvre & Martin, 1992, p. 272; 278ss.; 283).

<sup>17</sup>Ou em 1473 (Cf. McMurtrie, 1982, p. 195ss, 212). Em 1523, foi publicado o primeiro Novo Testamento em holandês (Cf. Cairns, 1984, p. 263).

<sup>18</sup> Há uma variedade de obras candidatas à primeira a ser impressa em território espanhol (Vejam-se: Escolar, 1988, p. 329ss.). “A característica desta primitiva imprensa espanhola foi o emprego em larga escala da língua hebraica; os judeus espanhóis, apesar da Inquisição, foram fator de relevo na divulgação desta arte naquele país, publicando não só obras em hebreu, mas também muitos textos cristãos” (McMurtrie, 1982, p. 214). Logo a igreja romana iria dar o primeiro sinal de alarme contra as publicações indiscriminadas. Assim, “em 1501 o papa Alexandre VI [1492-1503] exigia que os príncipes cristãos instituíssem um sistema de autorização de trabalhos tipográficos, e para isso uma Real Pragmática foi prontamente baixada (julho de 1502) em Castela, vizinha de Portugal” (Hallewell, 1985, p. 3).

<sup>19</sup> Westminster, Londres (Guedes, 2001, p. 26).

<sup>20</sup> A impressão foi feita em Genebra. A primeira obra impressa na Suíça deu-se em Basiléia (1466-1468); todavia, devemos nos lembrar que no século XV, Basiléia estava sob o domínio alemão (Vejam-se: Escolar, 1988, p. 314, 327; Febvre & Martin, 1992, p. 267; Briggs & Burke, 2004, p. 26; Guedes, 2001, p. 26).

<sup>21</sup> No caso de Portugal temos um problema de data. Antônio Mendes Correia (1960, Vol. 31, p. 727-728) afirma que por volta do ano de 1465, os impressores Emanuel Semons, nuremberguês e Christophe Soll, de Aitdorf, vieram para Portugal, onde imprimiram livros para o Prior do Convento de Santa Cruz, “cujo Colégio constituía naquele tempo o mais alto Instituto de ensino em Portugal,

(1539); Índia (1557). Com exceção da Rússia, que teve a sua primeira impressora apenas em 1563,<sup>22</sup> toda a Europa a possuiu no século XV.<sup>23</sup> Seguindo Chaunu, que sustenta que o humanismo desenvolveu-se nas cidades mais povoadas, “em 1480, nos 550 000 km<sup>2</sup> desta forma delimitados, estão concentrados 80 por cento da produção do livro impresso” (Chaunu, 1993, p. 29).

Na América, a tipografia surgiu pela primeira vez no México (1539), em virtude de Carlos V, da Espanha, haver autorizado o bispo Juan Zumarraga (1468-1548) a instalar uma oficina na terra recém-descoberta. O Peru foi o segundo país americano a possuir tipografia (1579).

## 2. A REFORMA E A TIPOGRAFIA: RELAÇÃO FUNDAMENTAL:

A Reforma teve como objetivo precípuo uma volta às Sagradas Escrituras, a fim de reformar a Igreja que havia caído ao longo dos séculos, numa decadência teológica, moral e espiritual. A preocupação dos reformadores era principalmente a reforma da vida em todas as suas facetas à luz Palavra de Deus (Ver: Brown, 1983, p. 36; Biéler, 1999, p. 56-57). Desta forma, a partir da Palavra, passaram a pensar acerca de Deus, do homem e do mundo!

O princípio protestante do "livre exame" caminhava na mesma direção do espírito humanista de rejeição a qualquer autoridade externa:<sup>24</sup> as coisas são o que são

---

superior em categoria à própria universidade de Lisboa: então bastante desacreditada” (p. 727). No entanto Escolar (1988, p. 329), McMurtrie (1982, p. 216-217), Hallewell (1985, p. 1-2) e Saraiva, (1950, Vol. 2, p. 124-125), descartam esta hipótese, alegando falta de base documental, dizendo que a primeira obra impressa em Portugal com tipo móvel, foi o Pentateuco em hebraico, editado em 30/06/1487, na cidade de Faro, pelo tipógrafo judeu Samuel Porteira e seu filho Davi. Ao que parece, a primeira imprensa a editar obra vernácula em Portugal, foi fundada em Braga, pelo impressor alemão itinerante João de Gherlinc (dez/1494) e, depois, em Lisboa por Valentim Fernandes da Morávia, e Nicolau da Saxônia; o seu primeiro trabalho foi a *Vita Christi*, de Ludolfo da Saxônia († 1378), em 4 volumes, – que fora traduzido do latim em 1445, pelo frei Bernardo de Alcobaça e posteriormente revisado pelos padres da ordem de S. Francisco de Emxobregas –, publicada em 1495 por ordem da rainha D. Leonor. (Vd. Hallewell, 1985, p. 2-3; Lello & Lello, (s.d.), Vol. 1, p. 1270; McMurtrie, 1982, p. 216; Saraiva, 1950, Vol. 2, p. 124ss.; Deslandes, 1988, p. 25-26; Guedes, 2001, p. 26-27). Apenas como curiosidade, cito que a "conversão" de Iñigo Lopez de Loyola (1491-1556) – futuro fundador da Companhia de Jesus (27/09/1540) – em 1522, deu-se por intermédio da leitura desta obra (Veja-se: Mullett, 1985, p. 36). Quanto à tentativa da rainha D. Leonor de divulgar a Bíblia em Portugal, veja-se: Schalkwijk, 1986, p. 13-14.

Aparentemente o primeiro nome português a aparecer como impressor, foi Rodrigo Álvares na cidade do Porto, em 1497, quando imprimiu as *Constituições do Estado* e, em 1498 *Evangelhos e Epístolas com Suas Exposições em Romance* (Guedes, 2001, p. 27) A difusão da imprensa foi lenta em Portugal; alista-se 1312 edições publicadas no século XVI (Cf. Saraiva, *História da Cultura*, 1950, Vol. 2, p. 128).

<sup>22</sup> O primeiro livro datado é desta época (*Apóstolo*). No entanto, Lucien Febvre e Henry-Jean Martin (1992, p. 299), dizem que podemos recuar a data até 1553 se considerarmos edições anônimas não datadas.

<sup>23</sup>Vejam detalhes in: Briggs & Burke, 2004, p. 26.

<sup>24</sup> Lacouture (1994, Vol. 1, p. 389), diz que no século XVI, “o livre exame avança nas consciências, em todas as consciências”. As consequências deste espírito são incalculáveis na formação e transformação de uma cultura. “Ao proclamar, no domínio religioso, o princípio do exame livre (sic), a Reforma atitou as aspirações à liberdade política. Não é possível limitar esse princípio. Se é proclamado num setor, acaba sempre por transbordar para outro. De fato, muitos protestantes compreenderam

porque são, não porque outros dizem que elas sejam. Isto é válido para as verdades científicas, como para as verdades teológicas: Não é a Igreja que autentica a Palavra por sua interpretação "oficial", mas, sim, é a Bíblia que se autentica a Si mesma como Palavra autoritativa de Deus e, é Ele mesmo Quem nos ilumina para que possamos interpretá-la corretamente. Na Reforma, "a Palavra de Deus era a única autoridade, e a salvação tinha como base única a obra definitiva do Senhor Jesus Cristo, consumada na cruz" (Schaeffer, 1982, p. 10).

A questão da interpretação bíblica sempre foi o ponto nevrálgico em toda a história da teologia.<sup>25</sup> Na Reforma deu-se uma mudança de quadro de referência. Por isso, podemos falar deste movimento como tendo um de seus pilares fundamentais a questão hermenêutica (Dowey Jr., 1999, p. 13; Lopes, 2004, p. 159). O "eixo hermenêutico" desloca-se da tradição da igreja para a compreensão pessoal da Palavra, contudo, sem desprezar aquela. Há aqui uma mudança de critério de verdade que determina toda a diferença. No entanto, conforme acentua Popkin, Lutero inicialmente confrontou a igreja dentro da perspectiva da própria tradição da igreja, somente mais tarde é que ele "deu um passo crítico que foi negar a regra de fé da Igreja, apresentando um critério de conhecimento religioso totalmente diferente. Foi neste período que ele deixou de ser apenas mais um reformador atacando os abusos e a corrupção de uma burocracia decadente, para tornar-se o líder de uma revolta intelectual que viria a abalar os próprios fundamentos da civilização ocidental" (Popkin, 2000, p. 26).

Partindo desses princípios, a Reforma onde quer que chegasse, se preocupava em colocar a Bíblia na língua do povo – e neste particular a tipografia foi fundamental para a Reforma –, a fim de que todos tivessem acesso à Sua leitura – sendo o "reavivamento" da pregação da Palavra um dos marcos fundamentais da Reforma. "A divulgação da Bíblia na língua vernácula dos povos foi o centro do movimento em todos os países da Europa" (Schalkwijk, 1986, p. 22,23, 227, 228). Os Reformadores criam que se as Escrituras estivessem numa língua acessível aos povos, todos os que quisessem poderiam ouvir a voz de Deus e, todos os crentes teriam acesso à presença de Deus. Portanto, "para eles, as Escrituras eram mais uma revelação pessoal que dogmática" (Lindsay, 1985, p. 475). Calvino, por exemplo, entendia que as Escrituras eram tão superiores aos outros escritos que, "Logo, se lhes volvemos olhos puros e sentidos íntegros, de pronto se nos antolhará a majestade de Deus, que, subjugada nossa ousadia de contraditá-la, nos compele a obedecer-lhe"(1985, I.7.4). Contudo, os reformadores esbarraram num problema estrutural: o analfabetismo generalizado entre as massas.

É digno de nota, que antes mesmo do humanista Erasmo de Roterdã (1466-1536) editar o Novo Testamento Grego (1516) e de Lutero afixar as suas 95 teses às portas da catedral de Wittenberg (31/10/1517), já se tornara visível o esforço por colocar a Bíblia no idioma nativo de cada povo. John Wycliffe (c. 1320-1384), Ni-

---

muito cedo as conclusões políticas do princípio da liberdade do exame" (Bruckberger, 1960, p. 30). "Por toda parte nos países protestantes, o exercício do sacerdócio universal dos crentes na Igreja preparara-os para a prática da democracia na vida política, na atividade parlamentar" (Biéler, 1999, p. 95).

<sup>25</sup> "Em certo sentido, a história da teologia cristã pode ser entendida como a história da interpretação bíblica" (McGrath, 2005, p. 15).

cholas de Hereford († c. 1420) e John Purvey (c. 1353-1428) traduziram a Bíblia para o inglês em 1382-1384. Coube a Nicholas a tradução da maior parte do Antigo Testamento. Esta tradução que incluía os apócrifos, foi feita diretamente da Vulgata, sem consultar os Originais Hebraicos e Gregos.

Outro ponto que deve ser realçado a esse respeito, é que quanto mais os tempos se avizinhavam do século XVI, verifica-se um desejo mais intenso de ler as Escrituras. Como reflexo disto, "de 1457 a 1517 são publicadas mais de quatrocentas edições da Bíblia" (Biéler, 1990, p. 44).

Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, concluindo o seu trabalho em outubro de 1534. A sua tradução é uma obra primorosa, sendo considerada o marco inicial da literatura alemã. (Vd. Costa, 2004, p. 82-84). Febvre diz de forma poética, que o trabalho de Lutero consistiu "numa assombrosa ressurreição da Palavra. Estando o mais distante possível de uma fria exposição, de um labor didático de um filólogo. Também, é mais do que um 'trabalho de artista' em busca de um estilo pessoal. É o esforço, sem dúvida dramático, feliz, de um pregador que quer convencer; ou melhor, de um médico que quer curar, trazer aos seus irmãos, os homens, todos os homens, o remédio milagroso que acaba de curá-lo..." (Febvre, 1992, 187).

Os três mil exemplares da primeira edição logo se esgotaram e, em poucos anos diversas edições já tinham sido publicadas em várias cidades da Europa. Entre 1522 e 1524 foram feitas 14 reimpressões do NT. em Wittenberg e 66 outras em Augsburgo, Basiléia, Estrasburgo e Leipzig; em Basiléia, Adam Petri publica 7 reimpressões. Calcula-se que durante a vida de Lutero, foram feitas 11 edições, 84 impressões originais e 253 baseadas nelas. Escolar (1988, p. 390) menciona 400 edições. "A quantidade de obras de Lutero que foram vendidas geraria inveja em nossos modernos escritores de romances populares" (Hill, 2003, p. 32). Como é sabido, havia outras traduções do Novo Testamento na língua alemã anteriores à de Lutero, acontece que a sua linguagem era muito imperfeita, sendo inadequada para a leitura do povo; por outro lado, as Bíblias utilizadas nas igrejas eram latinas e custavam 360 florins; as mais elaboradas, chegavam a custar 500 tálares. O Novo Testamento traduzido por Lutero foi vendido por apenas 1 ½ florins [= c. 3 francos]. Lutero, auxiliado por Melanchthon (1497-1560) e outros eruditos, revisou continuamente a sua tradução, permanecendo neste labor até o dia da sua morte: "A última página impressa que passou a vista foi a prova da última revisão" (Bainton, 1989, p. 368) Esta última edição (1545) é considerada a mais importante. A divulgação de sua obra foi extensa. A primeira edição completa da Bíblia foi de 4.000 exemplares. Johann Cocleau (Cochlaeus) (1479-1552), Doutor em Teologia (1517), violento adversário de Lutero e da Reforma, admitiu: "O Novo Testamento de Lutero foi divulgado de tal forma, que também alfaiates e sapateiros, sim, até mulheres e crianças que mal haviam aprendido a ler algumas poucas palavras nas embalagens de um bolo de mel, o liam com grande avidez dentro de suas naturais limitações. Alguns o carregavam consigo por onde andavam e, na medida do possível, o aprendiam de cor. Destarte, eles conseguiam em poucos meses, capacitar-se a discutir, sem constrangimento, com padres e monges aspectos da fé e do evangelho. Sim, houve também o caso de mulheres humildes que tiveram a ousadia de discutir temas religiosos com doutores e homens letrados. Acontecia mesmo, nessas discussões, que leigos luteranos mostravam mais facilidade para citar passagens bíblicas de improviso que muitos monges e sacerdotes" (*Apud* Just, 1983, p. 114; Atkinson,

1987, p. 255). Hans Lufft (1495-1584) durante quarenta anos (1534-1574) chegou a imprimir 100.000 exemplares da Bíblia traduzida por Lutero e, entre (1546-1580) publicou 37 edições do Antigo Testamento (Escolar, 1988, p. 390; Febvre & Martin, 1992, p. 417). Febvre e Martin dizem que juntando as obras de Lutero – ainda mais populares do que a sua tradução da Bíblia –, “constatamos que, pela primeira vez, constituiu-se então uma literatura de massa, destinada e acessível a todos” (Febvre & Martin, 1992, p. 417; Biéler, 1999, p. 118). Estima-se que as obras de Lutero em suas respectivas primeiras edições, se esgotavam em 7 a 8 semanas. Além da sua prodigalidade em números de escritos, Lutero é um sucesso de venda (muitas de suas obras são reeditadas inúmeras vezes num pequeno espaço de tempo). Mesmo amparando-se em dados “imprecisos”, estima-se que em 1518 a Alemanha publicou 71 obras, sendo 20 de Lutero; em 1519, publicou 111, sendo 50 de Lutero; 1520, 280 obras, 133 do reformador, e assim por diante. Lindsay diz que, “Quase poderia dizer-se que o movimento da Reforma criou na Alemanha o comércio de livros” (Lindsay, 1985, p. 321).

Calvino (1509-1564) exerceu poderosa influência por meio da palavra falada e escrita; as suas *Institutas* – contrariamente à *De Clementia* – tornara-se um sucesso editorial desde o seu lançamento em 1536. Wendel (1963, p. 113) afirma que a primeira edição das *Institutas* esgotou-se em menos de um ano. Ladurie diz que o ponto mais alto da tipografia de Platter-Lasius, foi com a obra de Calvino a qual, “projetara Thomas” (Ladurie, 1999, Vol. 1, p. 152,153, 166).

Febvre e Martin informam-nos (1992, p. 442-443) que, “de 1550-1564 [ano da morte de Calvino], serão publicadas 256 edições, das quais 160 em Genebra. A *Institution chrétienne* é, então, sozinha, objeto de 25 reedições, nove latinas e dezesseis francesas das quais a maioria provém dos prelos genebrinos...”. As *Institutas*, concluída em agosto de 1535, teve a sua primeira edição em março de 1536 (Basileia), na tipografia dos “amigos-inimigos” Thomas Platter e Balthasar Lasius, vulgo “Ruch”. O trabalho tipográfico foi primoroso: “As páginas de sua *Instituição Cristã* e calvinista, de 1536, não amarelaram passadas quinze gerações”, admira-se Ladurie (1999, Vol. 1, p. 156). Esta edição original escrita em latim – dispunha de 6 capítulos em apenas 520 páginas, com formato aproximado de 15x10 – um livro de bolso que facilitava o seu transporte discreto; a última – passando por algumas ampliações, revisões e reorganizações [1536, 1539, 1543 (sem alteração, 1545), 1550 (sem alterações: 1553 e 1554)], até atingir a forma definitiva – publicada em Genebra (1559) na tipografia de Robert Estienne. Esta foi reimpressa duas vezes em 1561. Tive acesso a uma destas, editada em Genebra por Antonius Rebulins, constando de 980 páginas e mais 67 páginas de índice remissivo (formato: 18x11, tipo 8), dividida em 80 capítulos.

Conforme o próprio Calvino nos diz; ele só se satisfaz com o arranjo e ordem desta última (Prefácio à Edição de 1559)(1985, Vol. 1, p. 45). A tradução francesa (1541) – que não foi simplesmente uma tradução da edição de 1539, tendo muito material da edição de 1536 – foi impressa na tipografia de Jean Girard – “uma das glórias da arte impressora do século XVI” (Biéler, 1999, p. 218) – (ou de Michel du Bois), em Genebra (1541) – esta edição tem um sabor especial pois, ao que parece, foi traduzida inteiramente por Calvino, não apenas revisada, conforme, ao que parece, aconteceu com as demais traduções francesas –, seguindo-se outras: 1545, 1551, (sem alterações: 1553 e 1554), 1557 e a definitiva: 1560. Objetivando facilitar

a difusão da obra de Calvino na França, parte da segunda edição latina (1539) circulou subscrita sob o pseudônimo de Alcuino, um anagrama do seu próprio nome que possivelmente visava despistar seus inquisidores. Ela exerceria poderosa influência sobre as Igrejas da França, tendo o Parlamento francês inclusive interdito a obra e destruído alguns volumes (1542) e a Faculdade de Teologia a incluiu entre os livros censurados (23/06/1545).

Neste ínterim, Calvino elaborou em francês, durante o inverno de 1536-1537, um Catecismo, não sendo constituído em forma de perguntas e respostas, escrito de modo que julgou acessível a toda Igreja. O seu objetivo era puramente didático. Esta obra foi intitulada: *Instrução e Confissão de Fé, Segundo o Uso da Igreja de Genebra*, sendo traduzida para o latim em 1538. Posteriormente, Calvino a reviu – tornando a sua teologia mais acessível aos seus destinatários: as crianças –, e a ampliou consideravelmente, mudando inclusive a sua forma, passando então, a ser constituída de perguntas e respostas, contendo 373 questões. Esta nova edição foi publicada entre o fim de 1541 e o início de 1542, tornando-se também amplamente difundida. Em 1545 Calvino traduziu o *Catecismo* para o latim visando dar um alcance maior aos seus ensinamentos, contribuindo deste modo para a maior unidade entre as Igrejas Reformadas. A partir de 1561, este Catecismo ganhou maior importância, visto que desde então todo ministro da Igreja deveria jurar fidelidade aos ensinamentos nele expressos e comprometer-se a ensiná-los. Calvino entendia que a Igreja não permaneceria sem o ensino sistemático através de Catecismo o qual deveria ser ministrado às crianças numa linguagem adequada a idade delas. O ensino do Catecismo contribuiria para preservar a unidade da Igreja e prevenir contra a invenção de doutrinas fictícias engendradas por pessoas presunçosas.

Retornando às *Institutas*, devemos enfatizar que mesmo ela passando por sucessivas edições e ampliações, a realidade é que a sua teologia não mudou. As modificações refletem, na realidade, mais uma preocupação pedagógica do que metodológica e menos ainda teológica. É bom lembrar, que toda a sua obra foi produzida não num clima de sossego e paz, numa “torre de marfim”, mas em meio a inúmeros problemas: administrativos, domésticos, financeiros e, principalmente, de saúde.

Nos Estados Unidos a tipografia só apareceu em 1639. O maquinário tipográfico foi trazido da Inglaterra pelo pastor puritano José Glover (sic) para o colégio que ele juntamente com outras pessoas desejava fundar. Glover que já residia na Nova Inglaterra desde 1634-1635, voltara à Inglaterra para adquirir uma máquina tipográfica, papel, tinta e os acessórios necessários para a impressão, com vistas ao estabelecimento do Colégio, que receberia o nome de Harvard College (1638). No entanto ele morreu durante a viagem de volta (talvez de varíola)(1638), contudo o seu projeto foi levado adiante por sua viúva e pelos homens que trouxera consigo com este fim, o serralheiro Stephen Daye (c. 1594-1668) e seus dois filhos, dos quais um era tipógrafo, Matthew Daye (c. 1619–?). Os primeiros trabalhos publicados [*Freeman's Oath* (“Juramento do homem livre”) (Janeiro de 1639) e *An Almanack for 1639, Calculated for New England, by Mr. William Pierce, Mariner*], dos quais não restam exemplares, foram feitos sob os auspícios do Harvard College. O terceiro, do qual restam muitos exemplares, é *The Whole Booke of Psalmes Faithfully Translated Into English Metre*, mais conhecido como *Bay Psalms Book* (1640). A primeira Bíblia impressa naquele país, foi em 1663 (Novo Testamento, 1661), por intermédio dos impressores Marmaduke Johnson e Samuel Green (1649-

1692). A primeira fábrica de papel foi fundada por William Bradford, em 1690, perto de Filadélfia.

### 3. LIVROS PROIBIDOS NÃO ENTRAM NO BRASIL: UNS SIM, OUTROS NÃO:

“Difícil exagerar a influência negativa da inquisição sobre a formação de uma teologia livre e viva no Brasil. (...) É fácil imaginar o prejuízo decorrente desta falta de livros, ou melhor, de circulação de livros: não pode haver reflexão propriamente cristã sem espírito crítico, que se propaga pelos escritos. Um cristianismo sem livros se expõe ao perigo de tornar-se um cristianismo divorciado da teologia, um puro moralismo, um puro formalismo, um instrumento nas mãos dos poderosos” (Hoornaert, 1983, II/1, p. 325-326).

Mesmo havendo uma censura prévia à entrada de livros no Brasil, o fato é que os livros iluministas, de uma forma quase enigmática também desembarcavam. Aqui vemos de certa forma estampada o liberalismo da elite brasileira acompanhada de parte do clero e o conservadorismo católico.

Hoornaert observa que a ausência de livros em nosso país, trouxe graves prejuízos ao cristianismo brasileiro: “O Brasil colonial constituiu praticamente uma civilização sem livro” (Hoornaert, 1974, p. 20). A política da ignorância colonial, não se restringia à imprensa; adquirir livros importados no Brasil, também era praticamente impossível. O historiador paranaense Rocha Pombo (1857-1933), diz: “Obter um livro, em qualquer ponto da Colonia, era um grande problema: era preciso subtrair-lo à vigilância das autoridades, ou então alcançar uma licença especial para recebê-lo da Europa” (Rocha Pombo, (s.d.), Vol. 7, p. 126).<sup>26</sup>

No entanto, não havia coerência absoluta na fiscalização censória; o mesmo livro poderia ser impedido de entrar em determinada circunstância e adentrar em outra.

---

<sup>26</sup> Até mesmo as bibliotecas de falecidos eram investigadas por ordem da inquisição, apreendendo, caso existissem, livros proibidos (Cf. Villalta, 2002, p. 71). Vejam-se; Araújo Júnior, 2005, p. 321-339. Quanto às bibliotecas particulares, veja-se: Rubens Borba de Moares, *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 23-36.

Os viajantes e importadores dependiam da “sorte” e de certas espertezas.<sup>27</sup> O controle era praticado não somente quanto à entrada de livros do exterior, mas, também, quanto à circulação interna (Algranti, 2002, p. 97-98).<sup>28</sup> Curiosamente, no Brasil entravam de alguma forma, obras “proibidas” de caráter político e filosófico, no entanto, não obras religiosas protestantes.<sup>29</sup> Ao que parece também, a “profilaxia” católica tinha sido tão bem feita, que nem sequer havia interesse pela literatura religiosa protestante, ainda que as obras de caráter não religioso, mesmo de autores protestantes fossem encontradas, por exemplo, na rica e variada biblioteca do Cônego de Mariana, Luís Vieira da Silva (1735-?), que dispunha de cerca de 800 volumes e 270 obras, isto em 1789. A biblioteca do Cônego – “o mais instruído e eloqüente de todos os conjurados mineiros” –, dispunha do *Paraíso Perdido* (1665) de John Milton (1608-1674),<sup>30</sup> que fora em 1644, um facundo defensor da liberdade de imprensa (Kunczik, 2002, p. 26); *Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum* (1532), obra de compilação das narrativas de diversos viajantes, feita pelo filólogo protestante alemão Simon Grynaeus (1493-1541) – Antigo professor de Grego em Heidelberg (1524-1529) e, posteriormente, de Grego (1529) e Teologia (1536) em Basiléia –, amigo e correspondente de Erasmo, Lutero e Calvino.<sup>31</sup>

Gilberto Freyre, menciona o fato de que foi encontrada em 1829, ou seja, após a abertura dos portos brasileiros, “os Sermons de Blair”, que eram lidos pelos padres e seminaristas brasileiros, bem como pregados nos púlpitos católicos (Freyre, 1948, p. 64).<sup>32</sup> Hugh Blair (1718-1800) fora um ministro escocês da Igreja Anglicana, tendo sido professor de Retórica, publicou 5 volumes de sermões, sendo editados no período de 1777-1801, os quais foram traduzidos para vários idiomas.

Uma curiosidade: Henry Koster (? - c. 1820), um viajante português, filho de ingleses, que chegou ao Brasil (Pernambuco) em 07/12/1809 –, descreve as dificuldades que teve para poder desembarcar os seus livros, o que de fato não conseguiu, dando-se por satisfeito por não perdê-los:

“Estive arriscado a perder certo número de livros que trouxera comigo. A caixa que os continha fora para a Alfândega, onde os retiraram e pediram que traduzisse os títulos, o que fiz. Embora livros de história, percebi que o oficial que os examinava, estava pouco inclinado a devol-

<sup>27</sup> Veja-se: VILLALTA, Luiz Carlos. Censura Literária e Inventividade dos Leitores no Brasil Colonial. In: CARNEIRO, Maria Luiz Tucci, org. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp., 2002, p.76ss.

<sup>28</sup> Por outro lado, quanto às dificuldades dos censores para exercerem seu trabalho, veja-se: Algranti, 2002, p. 100ss; Abreu, 2003, p. 40ss. Na França, houve uma tendência natural de os censores irem se especializando por áreas. Como a censura tinha uma fase prévia, era natural que os escritores visitem os censores procurando adequar suas obras às exigências. Por sua vez, os censores procuravam adotar uma política de “meio-termo” (Roche, 1996, p. 28-34).

<sup>29</sup> Vejam-se diversos documentos inventários (Abreu, 2003, p. 162ss). Do mesmo modo, ver: Schwarcz, 2002, p. 269ss.; Villalta, 1997, Vol. 1, p. 332-385.

<sup>30</sup> Aliás, *O Paraíso Perdido* que fora traduzido para o português pelo padre José Amaro da Silva (Lisboa: Typ. Rollandiana, 1789), era uma obra bem requisitada à censura portuguesa com destino ao Rio de Janeiro no período de 1769 a 1807 (Abreu, 2003, p. 90,94-96).

<sup>31</sup> Cf. Frieiro, 1981, p. 13,20,24,30,35,55. Vejam-se: Ribeiro, 1973, p. 16; Villaça, 1975, p. 28ss; Freyre, 1948, p. 63ss.; Rizzini, 1957, p. 110; Martins, 2002, p. 164-166; 172-173; Calvino, 1997, Dedicatória.

<sup>32</sup> Aliás, no inventário do Padre Feijó, constava a coleção completa do sermões de Blair (Veja-se: Sousa, 1988, p. 330).

vermos, e um amigo informou que os devia julgar perdidos. Enviei, imediatamente, uma petição ao Governador, solicitando permissão para mandá-los a bordo, o que me foi concedido, e desta maneira os recuperei. Com um maior retardamento, estou certo de que jamais os tornaria a ver. São tantas as dificuldades que se experimenta com livros nos portos do Brasil que percorri, que o único recurso para tê-los é o contrabando. Espero, todavia que o ilustrado Ministro que está à frente dos negócios no Rio de Janeiro [Rodrigo de Souza Coutinho], ponha fim a essa terrível barreira à instrução" (Koster, 1978, p. 188).<sup>33</sup>

A bem da verdade, devemos ressaltar, que essa vigilância quanto à entrada de livros "heréticos", não era apenas no Brasil nem novidade nos países dominados pelo catolicismo. Em 13/7/1559, é enviada uma "Real Carta" aos Arcebispos de Santo Domingo, México e Lima, "advertindo contra a entrada de hereges, luteranos e judeus nas Índias". Neste documento, lemos:

"...vos informeis se passaram ou passam por aí, nessas dioceses, alguns livros luteranos ou dos proibidos e, se achardes algum, os tomeis e recolhai e os envieis a estes nossos Reinos, ao nosso Conselho da Santa e geral Inquisição e procedereis contra aqueles em cujo poder os achardes conforme o direito; e para melhor poder averiguar se passam a essas partes os ditos hereges ou livros proibidos, todas as vezes que forem navios destes Reinos fareis com que se façam diligências para saber se neles vai algo disso, o que fareis com toda diligência e cuidado possíveis, que esperamos de vós, pois sabeis como é importante que assim se faça" (In: Suess, 1992, p. 751-752).

Em Portugal a prática era semelhante desde 1536 – quando o Santo Ofício foi ali instalado –, permanecendo este boicote cultural preventivo, com mudanças aqui e ali até 1820 (Boxer, 1973, p. 26; 2002, p. 360; Schwarcz, 2002, p. 135-139; Rizzini, 1988, p. 229-235).

No entanto, no Brasil, ao que parece, mesmo havendo sanções legais, o problema parece-nos era outro: o desinteresse quase generalizado por uma leitura mais substancial (Ver: Kidder, 1943, Vol. 2, p. 86ss); por isso, a fim de desocupar as prateleiras, alguns livreiros se valiam de leilões públicos.<sup>34</sup>

#### 4. PRIMÓRDIOS DA TIPOGRAFIA NO BRASIL:

A entrada de livros no Brasil sofria de dois tipos de censura que caminhavam irmanados, de mãos dadas: a do Estado absolutista (Coroa) preocupado em proteger seus interesses monárquicos, colonialistas e escravocratas.<sup>35</sup> E a da igreja romana

<sup>33</sup>Compare este testemunho com a afirmação de Frieiro (1981, p. 19, 31). A experiência de Koster não se constituía em exceção (Vejam-se: Villalta, 2002, p. 76ss.; Abreu, 2003, p. 42ss.). Veja-se a Lei portuguesa de 16/12/1794 e a sua ratificação, ampliação e aplicação no Brasil. Hipólito José da Costa tece comentários a respeito (*Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, (Edição Fac-Similar), Setembro de 1809, Vol. III, p. 339-344). Acredito ser este o mesmo Henry Koster, que em 1816, escreveu à Sociedade Bíblica Britânica, solicitando Bíblias para serem distribuídas no Brasil, no que foi atendido, sendo doados 25 "Testamentos portugueses". Quanto à solicitação e atendimento de "um certo Henry Koster" (Ver: Reily, 1984, p. 58).

<sup>34</sup>Compare as informações de Hallewell (1985, p. 26) com as de Kidder (1943, Vol. 2, p. 87).

<sup>35</sup>Na França a censura tinha como um de seus ingredientes o aspecto econômico, procurado preservar o monopólio dos editores de Paris em relação às publicações estrangeiras; era uma espécie de "reserva de mercado" (ROCHE, 1996, p. 26 e 48; GOULEMOT, 2000, p. 37; CHARTIER, 2007, p. 287). O mesmo se aplicava aos periódicos: os jornais oficiais tinham privilégios na cobertura de determinados assuntos. Nenhum jornal poderia se estabelecer sem o pagamento de tal direito (DARN-

que permanecia atenta às obras que questionassem a sua unicidade como igreja de Cristo, seus dogmas, sustentasse idéias reformistas, ou críticas às suas práticas religiosas (MARTINS, 2002, p. 156ss).

Esta herança veio de Portugal desde o estabelecimento da Inquisição no Reino (1536). Mesmo quando a censura foi unificada pelo Marquês de Pombal, criando a *Real Mesa Censória* (1768-1787), continuaram juntos, no mesmo afã, o Estado e a Igreja, ainda que esta com bem menos poderes (MORAES, 1979, p. 51-52,54; MAXWELL, 1996, p. 99ss). Este casamento, Estado e igreja, nem sempre harmonioso, é verdade – ora com a supremacia mais notadamente da igreja, ora com a supremacia do Estado como, por exemplo, no tempo de Pombal (VILLALTA, 2002, p. 54ss.; CAVALCANTI, 2004, p. 148-149; VILLALTA, 2007, Vol. 1, p. 347; BOXER, 1981, p. 98-99; GUEDES, 2001, p. 34)<sup>36</sup> –, surtia grandes efeitos na manutenção do *status quo*, na preservação de um povo seletivamente ignorante e de uma fé implícita, sem fundamento explicitamente sólido. E, quando esta fé era explicitada destoando ainda que aparentemente do estabelecido pela igreja, lá estava o Santo Ofício com os seus representantes para examinar e punir, mesmo nos lugares mais longínquos das colônias distantes.<sup>37</sup> Para isso, não faltavam denunciadores, dentre todas as classes sociais, diga-se de passagem (Vejam-se: PRIMEIRA, 1925, *passim*; SIQUEIRA, 1978, p. 262-266). Por sua vez, quer por arrependimento datado (em geral pelo conhecimento da chegada dos visitantes do Santo Ofício), quer por esperteza preservadora da vida, alguns réus em potencial procuravam preventivamente o Santo Ofício revelando seu comportamento ou palavras indignas e, ao mesmo tempo, seu arrependimento (SIQUEIRA, 1978, p. 219-220).

Não há censura totalmente eficaz; ela sempre tem as suas brechas e ambigüidades. Ao mesmo tempo, a censura, na divulgação de seus livros proibidos, como já o observara Diderot (1763) sarcasticamente, terminava por ser uma espécie de promotora dos mesmos pelo estímulo à curiosidade (CHARTIER, 2007, p. 286-287; DARNTON, 1992, p. 15; BURKE, 2003, p. 139).<sup>38</sup> Jean André, por exemplo, impressor do Parlamento, em 1545 imprime o *índex* e, ao mesmo tempo imprime versos

---

TON, 2005, p. 47). A censura prévia adquiriu também em alguns países, inclusive Portugal, o sentido de preservação de informações que poderiam ser perigosas a respeito, por exemplo, das riquezas de suas colônias, relações exteriores, plantas de cidades, fortificações, etc. (BURKE, 2003, p. 129-135).

<sup>36</sup> Na França, a despeito da insatisfação do clero, especialmente do seu braço mais conservador, a Universidade de Sorbonne, a censura foi passando pouco a pouco ao domínio do Estado. “Ao iniciar-se o século XVIII, a censura tinha sido secularizada e se tornara um instrumento do Estado absolutista” (ROCHE, 1996, p. 25. Vejam-se: FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 352; STEINBERG, 1963, p. 190; CHARTIER, 2007, p. 286-288).

<sup>37</sup> Vejam-se alguns exemplos: SIQUEIRA, 1978, p. 222ss. Com a sua sutileza costumeira, Voltaire (1694-1778), em 1764, no verbete *Inquisição* do seu *Dicionário Filosófico*, escreveu: “A Inquisição é, como se sabe, uma invenção admirável e absolutamente cristã destinada a tornar o papa e os monges mais poderosos e a tornar todo um reino hipócrita” (VOLTAIRE, 1973, p. 228).

<sup>38</sup> Não deixa de ser também irônico o fato de Diderot escrever a *Carta sobre o Comércio do Livro* a pedido da comunidade dos livreiros parisienses – com os quais as relações não eram as mais cordiais – sendo que nela o livre Diderot contradiz os seus próprios princípios liberais (DIDEROT, 1992; DARNTON, 1987, p. 189; CHARTIER, 2007, p. 282; CHARTIER, 2002, p. 9-29; FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 248). Para uma visão dos aborrecimentos de Diderot com livreiro francês, veja-se: DARN-TON, 2008, p. 45-54.

em memória de Clément Marot (c. 1496-1544), “herege”,<sup>39</sup> contudo, poeta admirado e protegido pelo rei (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 432-433; MAN, 2004, p. 289).

## A) Os Holandeses:

A arte de imprimir com tipos móveis já era conhecida dos holandeses desde o século XV, quando temos a primeira obra impressa datada em Utrecht (1473) (ESCOLAR, 1988, p. 327; MCMURTRIE, 1982, p. 195). A Holanda se especializou nesta arte especialmente após a sua independência, tornando-se uma “metrópole da edição protestante” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 285). Antuérpia com Christophe Platin (1514-1589) e Leyden com a família Elzevier (GUEDES, 2001, p. 28-29) tornam-se dois grandes centros editoriais. Entre 1500 e 1540, 2.254 obras são publicadas na Antuérpia (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 449). Os holandeses como grandes navegantes, se especializaram na produção de mapas e atlas, termo este surgido em 1595 (STEINBERG, 1963, p. 184; COROMINAS; PASCUAL, 1980, Vol. I, p. 398). Portanto, não havia nada de excepcional para os holandeses que ampliam as suas publicações e adquirem qualidade invejável, o desejo de ter uma tipografia em terras conquistadas.

Foram eles os primeiros a tentar implantar a tipografia no Brasil. Os motivos são bastante práticos: “Uma carta de 28 de fevereiro de 1642, do Supremo Conselho (holandês) do Brasil, dirigida aos responsáveis pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, solicitava o envio de uma impressora para que as ordens oficiais recebessem ‘maior consideração’ e para que o Conselho fosse poupado do estafante trabalho de copiar” (HALLEWELL, 1985, p. 12; CARVALHO, 1908, p. 18).<sup>40</sup> O Conselho responde rapidamente (14/07/1642);<sup>41</sup> pede-se urgência em 24/09/1642: “lutamos como grandes dificuldades para executar as múltiplas cópias de editais e ordenações, serviço para o qual somos constantemente obrigados a distrair muitos empregados, com prejuízo das suas funções ordinárias” (CARVALHO, 1908, p. 19). A máquina tipográfica foi enviada juntamente com um mestre impressor, Pieter Janszoon (Pieter Jansz), todavia, ele morreu em 3 de agosto de 1643, antes de poder iniciar o seu trabalho. Maurício de Nassau (1604-1679) continuou pedindo um tipógrafo. Em 6 de julho de 1645 (quando Nassau já havia retornado à Europa), o Conselho holandês respondeu: “Continuamos a procurar um tipógrafo que queira seguir para aí; mas, até agora, nenhum se apresentou” (CARVALHO, 1908, p.

<sup>39</sup> Ainda que Clément Marot não fosse propriamente um protestante perseverante (DICKINSON, 1902, p. 359-360; WATSON, 1962, Vol. 14, p. 936), prestou um grande serviço à causa Reformada. Calvino (1509-1564) se valeu de seus serviços na edição do *Saltério Genebrino*. Marot musicou 81 salmos. A sua tradução tornou-se extremamente popular na corte e na cidade, advogando “materialmente” a causa da Reforma na França (WATSON, 1962, Vol. 14, p. 936). Suas obras eram proibidas em Portugal, não por questões religiosas, antes, por serem consideradas obscenas (MORAES, 1979, p. 56).

<sup>40</sup> Vejam-se também: RIZZINI, 1988, p. 309-310; RIZZINI, 1977, p. 164; SCHALKWIJK, 1986, p. 84-85.

<sup>41</sup> “A resposta não tardou e, em 14 de julho do mesmo ano o Conselho dos XIX informa ter seguido da Câmara de Horn ‘um certo Pieter Janszoon que aqui exerceu a profissão de tipógrafo e, por ocasião de sua partida, não se mostrou avesso a idéias de aí introduzir a sua arte, mediante certas condições’.” ([http://www.pernambuco.com/diario/2003/11/10/especialholandesesf195\\_0.html](http://www.pernambuco.com/diario/2003/11/10/especialholandesesf195_0.html)) (Consultado em 24/12/08); CARVALHO, 1908, P. 19.

20).<sup>42</sup> Pelo que parece, os holandeses nunca levaram a cabo o trabalho tipográfico no Brasil.<sup>43</sup>

O trabalho dos holandeses na publicação de um Catecismo trilingue (holandês, português e tupi), intitulado: “Uma instrução simples e breve da Palavra de Deus nas línguas brasiliana, holandesa e portuguesa, confeccionada e editada por ordem e em nome da Convenção Eclesial Presbiterial no Brasil, com formulários para batismo e santa ceia acrescentados”, não deixa de ser extremamente interessante considerando as suas vicissitudes, já que o Presbitério de Amsterdã não o aprovava, não pelo que dissera, mas pelo que omitira, além de uma possível suspeita, certamente infundada, de algum viés arminiano.<sup>44</sup> Na realidade o seu autor, o Rev. David à Doreslaer com a ajuda do Rev. Vincentius J. Soler confessou ter problemas em expressar determinados conceitos teológicos em línguas bárbaras. O que ele desejava era fazer um resumo do *Catecismo de Heidelberg* (1563) adotado pela Igreja Reformada Holandesa. Assim o Catecismo que tinha como alvo principal os índios evangelizados, foi impresso na Holanda em 1641 chegando a Recife em 1642. Ao que parece ele não teve grande utilidade devido aos debates provocados entre o Sínodo da Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais. Schalkwijk (1986, p. 324), conclui: “Provavelmente, os catecismos ficaram empilhados em algum lugar, falados demais para serem usados, santos demais para serem queimados”.

Uma curiosidade a respeito do *Catecismo de Heidelberg* é que ele foi sistematicamente traduzido: Vertido para todas as línguas da Europa e muitas Asiáticas, sendo amplamente usado. Devido a esta amplitude de traduções, Schaff (1931, Vol. 1, p. 536) diz que Heidelberg “tem o dom pentecostal de línguas em um raro grau”.

## B) Outras Tentativas:

“Até ao alvorecer do século XIX, perdeu entre nós o confisco odioso da liberdade de pensamento impresso” (FLEIUSS, 1924, p. 474).

É comum atribuir-se a existência de outra impressora no Recife, no ano de 1706, sob o governo de Francisco de Castro Moraes. O impressor, cujo nome se perdeu, teve que interromper as suas atividades (imprimia letras de câmbio e ora-

<sup>42</sup>MELLO (1972, p. 328) julga que esta “explicação” era apenas uma desculpa holandesa para não mandar tipógrafo algum. Todavia, Mello parece ignorar o envio e morte de Pieter Janszoon.

<sup>43</sup>Vejam-se: [http://www.pernambuco.com/diario/2003/11/10/especialholandesesf195\\_0.html](http://www.pernambuco.com/diario/2003/11/10/especialholandesesf195_0.html) (Consultado em 24/12/08); CARVALHO, 1908, p. 17ss.; FLEIUSS, 1924, p. 470-471; MARTINS, 2002a, p. 300-302; PASSOS, 1952, p. 19; HALLEWELL, 1985, p. 12-13; MORAES, 1979, p. 62..

<sup>44</sup>Nome dado ao sistema sustentado pelo teólogo protestante holandês James Arminio (1560-1609) que interpretava a doutrina da graça de forma diferente de João Calvino (1509-1564). O auge das disputas entre os discípulos de ambos deu-se no Sínodo de Dort na Holanda (1618-1619), quando prevaleceu a compreensão dos discípulos de Calvino.

ções) devido à proibição do governo, por intermédio de uma suposta carta régia, de 8 de julho de 1706.<sup>45</sup>

A próxima notícia que temos, é de 1747 no Rio de Janeiro, por meio do trabalho de um conceituado tipógrafo português, Antônio Isidoro da Fonseca, que aqui chegara em 1746. Ele trouxe material tipográfico de Portugal montando uma pequena tipografia no Rio de Janeiro. A sua vinda para o Brasil está envolta em mistérios; ainda não se sabe explicar o que o levou a deixar a sua situação confortável em Portugal para vir ao Brasil e, ainda assim, não como impressor, mas, como soldado. Aparentemente ele foi obrigado a deixar Portugal; os motivos, não sabemos.<sup>46</sup> Ao que parece, Fonseca não pretendia imprimir livros ou jornal. Todavia, foi denunciado, tendo a sua impressora confiscada e destruída (Ordem Régia, Lisboa, 06/07/1747).<sup>47</sup> Termina assim as atividades do “decano de nossos tipógrafos impressores” (FLEIUSS, 1924, p. 473). Ele foi extraditado para Lisboa, e ainda que tenha solicitado permissão para reabrir sua tipografia no Rio de Janeiro (19/11/1749), seu pedido foi indeferido (25/05/1750).<sup>48</sup> Nada mais se sabe de sua vida.

<sup>45</sup> Cf. COSTA, 1984, Vol. 5, p. 92-93; FLEIUSS, 1924, p. 471-472; RIZZINI, 1957, p. 71; RIZZINI, 1988, p. 310; SODRÉ, 1966, p. 20; MELLO, 1972, p. 325; HALLEWELL, 1985, p. 13-14. Martins (2002a, p. 299ss) sustenta que de fato este impressor nunca existiu. Argumenta que a interpretação que afirma a existência do tipógrafo anônimo deveu-se a uma confusão de documentos. Melo (1973, p. 97), no entanto, insiste na veracidade do ocorrido. Todavia, este também se baseia em fontes secundárias. O assunto ainda carece de documento comprobatório.

Posteriormente, em outra tentativa, a tipografia teria uma duração efêmera em Pernambuco. O seu início é datado de 28/03/1817, com a impressão de um panfleto de José Luís Mendonça, "Preciso [relato] dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente Mês de Março, em que o generoso esforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real".

Esta impressora "revolucionária" permaneceu até 18 de maio, quando a causa separatista foi considerada perdida. Como era de se esperar, as autoridades do Rio de Janeiro ordenaram que a tipografia fosse fechada e que os tipos fossem remetidos para a capital a fim de serem usados pela Imprensa Oficial, o que foi feito, ainda que não imediatamente (Vd. Fac-símile do panfleto In: RIZZINI, 1988, p. 323). Sodré (1966, p. 43-44) transcreve todo o documento, tornando-se mais fácil a sua leitura. Vejam-se: POMBO, (s.d.), Vol. IX, p. 508; HALLEWELL, 1985, p. 113-114.

<sup>46</sup> Dines (1999, p. 75-89), apresenta alguns documentos inéditos e levanta hipóteses para um estudo posterior. A questão alegada parece ser financeira, conforme explicação do próprio Isidoro da Fonseca (RIZZINI, 1977, p. 167; SODRÉ, 1966, p. 20; MORAES, 1979, p. 62-63). Hallewell (1985, p. 15-18) admitindo esta hipótese, analisa as incoerências do tipógrafo para a empreitada levando em consideração a população do Brasil, a sua extensão geográfica e o número de leitores. Acredita que Isidoro da Fonseca fora, na realidade, convidado pelo governador do Rio ou de Minas a se instalar no Brasil. Cavalcanti (2004, p. 146-148, 155), no entanto, apresenta um quadro representativo de livreiros atuando no Rio de Janeiro no século XVIII, o que lhe sugere um mercado promissor (Ver também: MORAES, 1979, p. 39-49). De fato, da região francesa de Briçon, de onde emigraram muitos impressores para Portugal (Lisboa, Coimbra e Porto), consta que o Brasil (Rio de Janeiro e Pernambuco) se constituiu em endereço de alguns deles no século XVIII, onde abriram livrarias (GUEDES, 1998, p. 61, 64). (Vejam-se também: RIZZINI, 1988, p. 264; MORAES, 1979, p. 45, 48).

<sup>47</sup> Há discrepâncias quanto à data desta Ordem Régia. Vejam-se: HALLEWELL, 1985, p. 19-20; LAJOLA; ZILBERMAN, 1999, p. 123; MORAES, 1979, p. 64. Cavalcanti (2004, p. 145) afirma que a ordem régia foi resultado da “imediate reação dos impressores e livreiros das cidades de Lisboa e do Porto, que pressionaram o governo, instado a coibi-la”.

<sup>48</sup> Vejam-se: HALLEWELL, 1985, p. 20; RIZZINI, 1988, p. 310-313; RIZZINI, 1977, p. 165-167; SODRÉ, 1966, p. 20; VILLALTA, 2002, p. 52; MORAES, 1979, p. 65-66; CAVALCANTI, 2004, p. 146.

## C) O Início Oficial: A Imprensa Régia:

### 1) ACASOS E OPORTUNIDADES:

“Em meio aos destroços havia artefatos de valor inestimável do patrimônio real, deixados para trás na pressa de abandonarem o porto. (...) 14 carruagens carregadas de pratarias da igreja foram abandonadas para os franceses, e todos os 60 mil volumes da Biblioteca Real da Ajuda ficaram na lama” (WILCKEN, 2005, p. 43).

O tratamento de Portugal concedido às suas colônias além de mais rigoroso no aspecto sensorial do que o da Espanha, não era unívoco (SODRÉ, 1966, p. 16).<sup>49</sup> Enquanto que outras colônias portuguesas já dispunham de impressoras desde o século XVI (Goa [1556], diversas cidades da Índia, Macau [1588], Japão [1590]) (HALLEWELL, 1985, p. 8-9; MELO, 1973, p. 60-65; RIZZINI, 1957, p. 70),<sup>50</sup> no Brasil, a tipografia teve o seu início oficial em 1808. A impressão que se tem é que a Metrópole (Portugal) desejava manter a sua colônia (Brasil) numa *imperfeita* idade média, já que nem universidade tínhamos (CAVALCANTI, 2004, p. 168; WILCKEN, 2005, p. 95).<sup>51</sup> O saber estava associado à Universidade de Coimbra (VILLALTA, 2007, Vol. 1, p. 347-349), para onde afluíam alguns jovens privilegiados brasileiros, um total de 353 durante todo o século XVII (MORAES, 1979, p. 2; MAURO, 1991, p.

---

<sup>49</sup>“Ao contrário da Espanha, Portugal não pensou, de modo algum, em criar na sua colônia americana os dois tipos de instituição que mais contribuem para a divulgação da cultura escrita: a Imprensa e a Universidade” (SILVA, 1986, p. 460). Ver também: BOXER, 2002, p. 361.

<sup>50</sup> Melo (1973, p. 92ss) discute as diversas teorias a respeito do atraso da implantação da imprensa no Brasil.

<sup>51</sup>Como sabemos, as universidades são produtos da Idade Média (séc. XII), resultante dos contatos entre o mundo Ocidental com o muçulmano e bizantino. Esta, na expressão de Abbagnano e Visalberghi (1990, p. 153), foi “a mais importante instituição cultural da Idade Média” (Vejam-se: VERGER, 2002, Vol. 2, p. 573; VERGER, 1999, p. 75. É preciso, contudo, que não santifiquemos esta instituição. As universidades, apesar de suas características próprias, são uma corporação eclesiástica que visa o monopólio cultural da igreja, quer de forma direta, quer indiretamente (Vejam-se: LE GOFF, 1993, p. 64; LE GOFF, 1998, p. 64-65; VERGER, 2002, Vol. 2, p. 573, 576). Nos séculos XIII-XV a Europa conhecerá a fundação de inúmeras universidades, que ganhará gradativamente um sentido mais local, perdendo uma de suas características primevas, a internacionalidade (Le Goff, 1993, p. 106-109). Houve um crescente número de universidades criadas nos séculos seguintes que, em geral, procuravam seguir os modelos da de Paris e Bolonha. Assim temos a fundação de: Cambridge (1209), Salamanca (1218), Montpellier (1220), Pádua (1222), Nápoles (1224), Toulouse (1229 ou 1234), Lisboa (1290), Lérida (1300), Avignon (1303), Roma (1303), Pérugia (1308), Cahors (1332), Pisa (1343), Valladolid (1346), Praga (1347), Florença (1349), Perpignan (1350), Huesca (1354), Siena (1357), Pávia (1361), Cracóvia (1364), Viena (1365), Orange (1365), Erfurt (1379), Heidelberg (1385), Colónia (1388), Leipzig (1409), St. Andrews (1413), Rostock (1419), Lovaina (1425), Caen (1452), Trêves (1454), Greifswald (1456), Friburgo (1457), Bâle (1459), Ingolstadt (1459), Basiléia (1459), Bourges (1464), Bordeaux (1473), Mogúncia (1476), Tübingen (1476), Uppsala (1477), Copenhague (1478), Frankfurt (1498), Alcalá (1499), etc. Nos fins do século XV, a Europa contará com mais de 75 universidades (ABBAGNANO; VISALBERGHI, 1990, p. 154; VERGER, 2002, Vol. 2, p. 583-584).

443-445).<sup>52</sup> O Brasil deveria ver o mundo, ou o que do mundo devesse ser visto, pela ótica de Portugal; deste modo, deveríamos apenas fornecer os produtos manufaturados; sua utilização e comercialização ficariam a cargo dos nossos senhores. Vivíamos numa espécie de escravidão cultural (HALLEWELL, 1985, p. 20-22; WILCKEN, 2005, p. 97). Kidder e Fletcher (1941), Vol. I, p. 69-70) comentando as “rápidas transformações políticas” ocorridas com a chegada da família real, referem-se a algumas restrições anteriores e, acrescentam: “A população era por todos os meios obrigada a sentir a sua dependência; e o espírito de iniciativa e produção industrial era como que desconhecido”.

A origem da imprensa no Brasil tem algo de acidental. Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817) – futuro Conde da Barca –, era Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal desde 1804. Quando a Família Real e a nobreza fugiram para o Brasil, furtiva e atropeladamente – até mesmo em condições climáticas indesejáveis (MARTINS, 1987, p. 392-403; SCHWARCZ, 2002, p. 208ss.; WILCKEN, 2005, p. 35ss.) – e, segundo alguns, covardemente (CERVO, 2000, p. 72; MACEDO, 1990, p. 45; MALERBA, 2000, p. 199-203),<sup>53</sup> ele naturalmente a acompanhou. A fuga só se consumou quando as condições climáticas tornam possíveis o levantar as âncoras dos navios; as chuvas deram trégua; isto, na manhã de 29 de novembro de 1807 (WILCKEN, 2005, p. 18,43). Na precipitação da fuga, Azevedo, com a ajuda fundamental de seu funcionário de confiança, Cristiano Müller, mandou que colocasse no porão do “Medusa” – navio de 74 canhões (GRAHAM, 1990, p. 69; HALLEWELL, 1985, p. 35) porém, em péssimo estado de conservação (WILCKEN, 2005, p. 48-49), no qual ele próprio viajaria –, o material gráfico adquirido da Inglaterra, para a Secretaria da qual era titular, mas que não fora montado e, também a sua valiosa biblioteca pessoal.<sup>54</sup> No Rio de Janeiro, mandou montá-lo nos baixos de sua casa, à Rua dos Barbonos<sup>55</sup> (atual Rua do Passeio), esquina da Rua das Marrecas.<sup>56</sup> Foi justamente este maquinário que propiciou o documento real de 13 de maio de 1808, que dizia:

<sup>52</sup> Calaça (2005, p. 47) oferece-nos uma tabela com dados complementares referentes ao corpo discente de brasileiros matriculado na Universidade de Coimbra no período de 1601 a 1730, totalizando 693 alunos sendo que a grande maioria vinha especificamente da Bahia, 349.

<sup>53</sup> Com a invasão dos franceses liderados pelo antigo cônsul em Lisboa, o General Jean-Andoche Junot (1771-1813), o clero português se afrancesou, levando muito longe a orientação de D. João aos líderes que permaneceram, no sentido de cooperarem com Junot e seu exército. O patriarca de Lisboa, D. José Francisco de Mendonça, a mais alta autoridade eclesiástica, deu o tom: proclamou Napoleão como “homem prodigioso que Deus tem destinado para amparar e proteger a religião e fazer a felicidade dos povos” (*Apud* ARAÚJO, 1998, Vol. 5, p. 29).

<sup>54</sup> Após a morte do Conde da Barca a sua biblioteca foi leiloada (1819). Estima-se que fosse constituída de 74 mil volumes (LACOMBE, 1990, p. 359). Quanto aos seus múltiplos interesses acadêmicos, ver: RIZZINI, 1977, p. 172-174; MORAES, 1979, p. 82).

<sup>55</sup> Rua que faz parte do romance de Machado de Assis, *Dom Casmurro* (Caps. 43,67,76).

<sup>56</sup> Vejam-se: HALLEWELL, 1985, p. 35; RIZZINI, 1988, p. 316-317; RIZZINI, 1977, p. 171-172; SODRÉ, 1966, p. 22; MARTINS, 2002a, p. 307; SCHWARCZ, 2002, p. 210; MORAES, 1979, p. 99). Cargom e Moraes (1993, Vol. 1, p. XVII) sugerem que “o fato de não terem sido esquecidos os caixões contendo a tipografia” se constitui numa “prova adicional do planejamento da mudança da Corte para o Brasil, e não de uma fuga desordenada” (Ver também: MORAES, 1979, p. 81,99). No entanto, Accioly (1949, p. 38-39), dispo de bons argumentos, sustenta a tese de “fuga” da Família Real (Ver também: WILCKEN, 2005, p. 21ss. Devemos ter em mente, contudo, que o Brasil ao longo dos séculos já se constituía na mente de diversas autoridades e conselheiros portugueses, como opção de fuga (Vejam-se alguns exemplos: SCHWARCZ, 2002, p. 194-197).

Tendo-me constado, que os prelos, que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus estados: sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimirão exclusivamente toda a Legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço; e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria.... (In: COSTA, 2001/2002, Vol. I, p. 517).<sup>57</sup>

A inauguração oficial do novo prelo deu-se neste mesmo dia (13 de maio), quando se comemorava o aniversário do príncipe regente (HALLEWELL, 1985, p. 36). Na ocasião, dá-se a fundação da Imprensa Régia,<sup>58</sup> na Rua do Passeio nº 12, publicando-se um folheto de 27 páginas, com 295 mm de altura, em tipos equivalentes a 14 pontos: *Relação dos despachos publicados na corte pelo expediente da secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos anos de S.A.R. o Príncipe Regente N.S. E de todos mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S.A.R. aos Estados do Brasil até o dito dia*".

Aqui, Durante o ano de 1808, a Imprensa Régia publicou 38 itens, aumentando para 62 no ano seguinte.<sup>59</sup> Mesmo com o fabrico de um prelo de madeira no Rio de Janeiro e a progressiva compra de máquinas na Inglaterra e nos Estados Unidos, o fato é que a Imprensa Régia não conseguia acompanhar a demanda de serviços, fazendo com que alguns desistissem do serviço ou obras saíssem incompletas; apenas o primeiro volume de uma obra mais volumosa, por exemplo. Na luta para se conseguir o privilégio de imprimir, evidenciam-se as pressões políticas e religiosas, terminando por baixar a qualidade dos trabalhos. Além disso, como em todo monopólio – salvo os casos de interesse do governo –, os preços eram muito altos, mais até do que em Lisboa, tendo os escritores, destituídos de capital, que promoveram subscrições prévias para poderem financiar suas obras (MORAES, 1979, p. 104-106; SILVA, 1981, p. 145-160; SILVA, 1986, p. 461).

Hallewell (1985, p. 35), comenta com uma ponta de ironia, que "a impressão com tipos móveis, que os governantes portugueses durante tanto tempo e com tanto

<sup>57</sup>Moraes (1979, p. 100), comenta: "É curioso notar que o decreto não se refere ao fato extraordinário de se estar introduzindo a imprensa no Brasil". Hallewell observa que "dois meses mais tarde, em 26 de julho, o decreto foi emendado por uma declaração de que uma das principais razões para a criação da Impressão fora auxiliar a expansão da educação pública" (HALLEWELL, 1985, p. 36).

<sup>58</sup>Em 1815 A Imprensa Régia passou a chamar-se Real Officina Typographica. Posteriormente, em 1822, Typografia Nacional, e, finalmente, Departamento da Imprensa Nacional.

<sup>59</sup>Cf. HALLEWELL, 1985, p. 37. Em outubro de 1808, em Londres, Hipólito da Costa escreveria com um misto de ironia e tristeza sobre o estabelecimento tardio da imprensa no Brasil: "O mundo talvez se admirará, que eu vá enunciar como uma grande novidade, que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil; mas tal é o fato. Começou o século 19 e ainda os pobres Brazilienses não gozavam dos benefícios, que a imprensa trouxe aos homens, nem ainda agora lhes seria permitido esse bem, se o Governo, que lho proibia, acossado, na Europa, se não visse obrigado a procurar um asilo nas praias da nova Lusitânia. (...) Saiba pois o mundo e a posteridade, que no ano de 1808, da era Cristã, mandou o Governo Português, no Brasil, buscar a Inglaterra uma impressão, com os seus apêndiculos necessários; e a remessa que daqui se lhe fez importou em CEM LIBRAS ESTERLINAS!!! Contudo, diz-se que aumentará este estabelecimento, tanto mais necessário, quanto o Governo ali, nem pode imprimir as suas ordens para lhes dar suficiente publicidade" (COSTA, 2001/2002, Vol. 1, p. 393,394)

empenho lutaram para que não chegasse ao Brasil, como parte de sua política geral de manter a colônia técnica e intelectualmente dependente, por uma dessas pequenas ironias da história foi finalmente trazida para o Brasil pelo próprio governo".

Neste mesmo ano, publica-se o primeiro jornal do Brasil: *A Gazeta do Rio de Janeiro* (10/09/1808)<sup>60</sup> sendo editado duas vezes por semana (embora o primeiro número dissesse que a sua publicação seria semanal, no segundo (17/09/1808), já indicava a sua circulação às quartas-feiras e aos sábados), e depois, a partir de 03/7/1821, três vezes por semana. A *Gazeta*, constava de quatro páginas, custando a sua assinatura semestral 3\$800 e, 80 réis o número avulso (SODRÉ, 1966, p. 23; CAMARGO; MORAES, 1993, Vol. I, p. 6-7). A *Gazeta* publicava vários números extraordinários. Silva (2007, p. 11) informa-nos que em 1808 foram publicados 32 números da *Gazeta* e mais 19 extraordinários. Durante todo o ano de 1809 somente 18 números extraordinários foram publicados. Este periódico, que era dirigido pelo frei Tibúrcio José da Rocha [até março de 1812, sendo sucedido pelo brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1813?) (SILVA, 2007, p. 14) até julho de 1821 e, por último, o Cônego Francisco Vieira Goulart (04/08/1821-1822)],<sup>61</sup> publicava exclusivamente documentos oficiais, notícias dos nobres europeus e elogios à família real; o texto do jornal passava previamente pela censura.<sup>62</sup> A propósito deste periódico, Armitage (1981, p. 35) comenta com visível ironia:

Por meio dela (tipografia) só se informava com toda a fidelidade ao público do estado de saúde de todos os Príncipes da Europa, e de quando em quando as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícia dos dias natalícios, odes, e panegíricos a respeito da família reinante; não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume.<sup>63</sup>

Em março de 1812, Costa (2001/2002, Vol. VIII, p. 289) comparando as gazetas de Portugal com a "mísera gazeta do Rio de Janeiro", analisa que nesta "se gasta tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga".

*A Gazeta do Rio*, como passou a ser chamada desde 1822, inclusive com novo

---

<sup>60</sup>SILVA, 2007, p. 10; CAMARGO; MORAES, 1993, Vol. I, p. XXX; HALLEWELL, 1985, p. 40; SODRÉ, 1966, p. 23; VARNHAGEN, 1951, Vol. 5, p. 228; WALDVOGEL, 1952, p. 81 (Vd. Fac-símile da primeira página do primeiro nº em RIZZINI, 1988, p. 333). A competente professora britânica Maria Graham que residiu no Brasil no período de 1821-1823, fazendo um resumo de nossa história, menciona o primeiro jornal brasileiro (GRAHAM, 1990, p. 75): "Ainda que a imprensa, naturalmente, não se pudesse gabar de muita liberdade, mesmo porque sua liberdade por essa época não teria muita importância, foi isso o primeiro passo para despertar a curiosidade intelectual e, o gosto pela leitura, que se tornou, não somente um luxo, mas até uma necessidade em certos países e que aqui progride rápida e diariamente".

<sup>61</sup> Sobre estes três redatores, veja-se: SILVA, 2007, p. 12-22.

<sup>62</sup> Para uma avaliação do trabalho da censura, veja-se: MACHADO, 2008, p. 243-259.

<sup>63</sup> Silva (2007, p. 7) considera exagerados os comentários de Armitage. No entanto, na década de 1860, Ribeyrolles (1980, Vol. 1, p. 125-136) teve percepção semelhante a de Armitage quanto à imprensa brasileira. Fenômeno idêntico ao descrito por Armitage, ocorria na França – talvez com o mesmo exagero de ênfase –, antes da Revolução Francesa (Ver: DARNTON, 2005, p. 47-49).

formato, durou até 31/12/1822, quando foi substituída no dia 02/01/1823 pelo *Diário do Governo* (CAMARGO; MORAES, 1993, Vol. I, p. 366).

O primeiro jornal genuinamente informativo publicado no Brasil, foi o *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878) que trazia notícias de crimes, demandas, loterias, movimento de navios, questões meteorológicas, entre outras, sem contudo se envolver em questões políticas, não noticiando inclusive, a proclamação da Independência. O seu fundador, o português Zeferino Vito (ou Vitor) de Meirelles – que então era vice-administrador da Imprensa Régia<sup>64</sup> –, teve uma morte trágica: "O jornal caracterizou-se por seus pequenos anúncios, o que acabou sendo um desastre. Alguém pagou por uma publicidade para denunciar um vizinho que estava mantendo sua filha adulta encarcerada em sua própria casa. O pai demonstrou sua indignação com essa indesejada publicidade atirando em Meireles, que morreu pouco depois, tornando-se o primeiro mártir da liberdade de imprensa no Brasil".<sup>65</sup> Meireles foi baleado em 29 de agosto de 1822, vindo a falecer em 12 de novembro do mesmo ano (RIZZINI, 1988, p. 374). Alguns anos depois, o italiano Dr. João Batista Líbero Badaró (1798-1830), dono e redator no periódico paulistano recém criado (1829), *O Observador Constitucional*, foi assassinado no dia 20 de novembro de 1830 (MARTINS, 2002, p. 170; MOREL, 2008, p. 40).

No que se refere à imprensa, um dado que não pode ser esquecido, é que o Brasil foi um dos últimos países americanos a usar a tipografia<sup>66</sup> – [México (1539),<sup>67</sup> Peru (1579),<sup>68</sup> Filipinas (1593); Bolívia (1610), Estados Unidos (1639), Guatemala (1660), Chile (1697 ? ou 1776?), Cuba (1707 ou 1723-1724), Haiti (1736), Colômbia (1736 ou 1738), Nicarágua (1742), Equador (1754), Paraguai (1770),<sup>69</sup> Argentina (1780), República Dominicana (1783), Uruguai (1807), El Salvador (1820), Costa Rica (1827), Honduras (1830)]. O Brasil, além de tardiamente, quando pôde usar a imprensa oficialmente, foi dentro de normas estabelecidas pelo governo, que como vimos, tinha muito pouco de razoável. A literatura produzida, também era previamente censurada.

Curiosamente, Portugal, como já vimos, dispunha de impressora com tipo móvel desde 1487.<sup>70</sup> De fato, o interesse de Portugal era que a então Colônia, permane-

<sup>64</sup> CAMARGO; MORAES, 1993, Vol. I, p. 270.

<sup>65</sup> HALLEWELL, 1985, p. 45; FLEUISS, 1924, p. 481-482. Quanto a outros boatos a respeito do seu assassinato, Vd. RIZZINI, 1988, p. 374.

<sup>66</sup> Algumas destas datas são prováveis, sem que haja documentação comprobatória suficiente; justamente por isso, há divergências entre os diversos autores.

<sup>67</sup> Ou 1535 (Cf. MELLO, 1972, p. 267ss.).

<sup>68</sup> Sendo impresso o primeiro livro em 1584 (Vejam-se: MELLO, 1972, p. 280; RIZZINI, 1957, p. 70; BOXER, 2002, p. 361).

<sup>69</sup> Compare: HALLEWELL, 1985, p. 10 com HAUBERT, 1990, p. 213.

<sup>70</sup> Deve ser observado que Lisboa, por volta de 1755 dispunha de apenas dez tipografias, enquanto que Londres, com uma população 4 vezes maior, dispunha de 128 (HALLEWELL, 1985, p. 22). A situação de Lisboa se agravou com o terremoto de 1755 quando foram destruídas várias tipografias. Portugal atravessava uma fase difícil de sua economia; o terremoto de Lisboa – que durara 7 minutos, a partir das 9.30 minutos do domingo ensolarado de 01/11/1755, persistindo durante todo o dia –, acompanhado por um maremoto e incêndios, havia destruído grande parte da cidade – dois terços – e matado cerca de 8 mil pessoas (Cf. SERRÃO, 1982, Vol. VI, p. 27; CARNAXIDE, 1979, p. 119ss.). Boxer (1977, p. 206) calcula que morreram entre 5000 e 15 000 pessoas. Serrão (1981,

cesse na ignorância; um povo ignorante é mais facilmente dominado e manipulado. "A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros, indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação" (SODRÉ, 1966, p. 21. Ver: HOLANDA, 1989, p. 87).

Por outro lado, o domínio intelectual pode também ser mantido – a exemplo do que fizeram os jesuítas –, quando se conduz os dominados pelo caminho que está justamente no ponto intermediário entre a instrução e a independência intelectual.

## 2) “O CORREIO BRAZILIENSE” DE LONDRES:

Ainda no Império, houve, no entanto, um jornal alternativo, publicado pelo brasileiro, Hipólito José da Costa (1774-1823)<sup>71</sup> – que se refugiara em Londres desde 1805, quando escapou dos cárceres da Inquisição em Portugal,<sup>72</sup> tendo sido acusado de maçom<sup>73</sup> e livre-pensador –,<sup>74</sup> intitulado de *O Correio Braziliense ou Armazem Literario*, que era impresso em Londres, onde vivia o editor. Este jornal – que mais parecia uma revista<sup>75</sup> –, de edição mensal, constava de 80 a 150 páginas, sendo publicado o seu primeiro número em 1/6/1808, quando o editor explicou:

Ninguém mais útil pois do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. (...) Levado destes sentimentos de Pa-

---

p. 164) informa-nos que as estatísticas a respeito dos mortos variam de cinco a quarenta mil. Como agravante da situação, os armazéns portuários que recebiam as mercadorias brasileiras em fins de setembro, ainda estavam cheios. Os armazéns foram destruídos (MACEDO, 1982, p. 187). Em 1760 a extração do ouro do Brasil sofreria uma substancial diminuição. (SIMONSEN, 1978, p. 296-298; MACEDO, 1982, p. 187ss.; BOXER, 1977, p. 208). Pombal, então, usou de todos os recursos possíveis para aumentar a receita da Coroa (CARNAXIDE, 1979, p. 77ss.) a fim de reconstruir a cidade, tornando-a mais moderna (WILCKEN, 2005, p. 96). Para uma descrição romaneada da época, veja-se: CHANTAL, 2005.

<sup>71</sup>Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça era natural da Colônia do Sacramento (região que hoje pertence ao Uruguai), tendo nascido em 25/03/1774. Na juventude partiu para Portugal (1792), onde se formou em Filosofia (1796) e Leis (05/06/1798), ambos os cursos na Universidade de Coimbra.

<sup>72</sup> Esteve preso em Lisboa no período de 1802 a 1805. (Ver: COSTA, 1974, p. 21ss.; DINES, 2001, Vol. 1. p. XXXII).

<sup>73</sup> De fato tornara-se maçom em 12 de março de 1799 na Loja Maçônica Washington, em Filadélfia (COSTELLA, 2001/2002, Vol. XXX/1, p. 174; COSTA, 1974, p. 35). Tendo sido ativo no reconhecimento do Grande Oriente Lusitano ([http://www.gremiolusitano.eu/?page\\_id=32](http://www.gremiolusitano.eu/?page_id=32)).

<sup>74</sup>Hipólito José da Costa, casou-se em 7/7/1817 com uma inglesa, Mary Ann Troughton, naturalizou-se inglês, sendo secretário e protegido do Príncipe Augusto Frederico, Duque de Sussex (1773-1843), que foi testemunha em seu casamento. O Duque de Sussex era grão-mestre da Maçonaria Inglesa, filho de Jorge III e irmão dos reis Jorge IV e Guilherme IV da Inglaterra (Vejam-se: RIZZINI, 1988, p. 341ss.; CASCUDO, 1978, p. 198-199; FREYRE, 1948, p. 60; WALDVOGEL, 1952, p. 85-86; LUSTOSA, 2001/2002, Vol. XXX/1, p. 17; COSTELLA, 2001/2002, Vol. XXX/1, p. 179). Ele mesmo viveu em Portugal, sendo um dos artífices da grande loja maçônica portuguesa, Grande Oriente Lusitano (1802) (ARAÚJO, 1998, Vol. 5, p. 26). Hipólito da Costa e o Capixaba, Domingos José Martins (1781-1817), fundaram em 1812 a loja maçônica "Lusitana 184" ao Grande Oriente de Londres, sendo os estatutos preparados e impressos por Hipólito (Cf. RIZZINI, 1988, p. 303; COSTELLA, 2001/2002, Vol. XXX/1, p. 178). Domingos Martins foi um maçom extremamente atuante no Brasil (BANDECCHI, 1970, p. 405).

<sup>75</sup> As vezes ele foi chamado assim (FLEUISS, 1924, p. 476; VIANNA, (1967), p. 33).

triotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este projeto, o qual espero mereça a geral aceitação daqueles a quem o dedico. (...) Feliz eu se posso transmitir a uma Nação longínqua, e sossegada, na língua, que lhe é mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empresa todas as minhas forças, na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança, a que me propus (COSTA, 2001/2002, Vol. 1, p. 3-4).

Um ano e meio depois, em fevereiro de 1810, escreve:

.... desde que intentamos escrever o nosso periódico, segundo o plano que adotamos, previmos bem, que seríamos o alvo de ataques, de injúrias, e de calúnias; em uma palavra contamos com uma perseguição sistemática contra nós, e contra nosso periódico. Mas, propusemo-nos a escrever em Inglaterra para poder, à sombra de suas sábias leis, dizer verdades, que é necessário que se publiquem, para confusão dos maus, e esclarecimento dos vindouros, que se não podiam publicar em Portugal, e nunca nos perdoaríamos a nós mesmos, se omitíssemos o comunicar aos Portugueses, desta maneira que nos é possível, alguma porção dos grandes benefícios, que os Ingleses recebem da sua liberdade da Imprensa (COSTA, 2001/2002, Vol. IV, p. 211-212).

Em outro lugar: "Resolvi lançar essa publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos" (*Apud* SODRÉ, 1966, p. 24).<sup>76</sup> Não sem razão, Hipólito José da Costa é considerado o "*fundador do jornalismo brasileiro*" (DOURADO, 1957, Vol. I, p. 142) e "*fundador da imprensa brasileira*" (RIZZINI, 1988, p. 345). Freyre (1948, p. 60), destacando a contribuição inglesa no Brasil, observa que os anúncios feitos neste periódico, "indicam considerável influência inglesa sobre os começos da arte tipográfica entre nós".

Este jornal entrou clandestinamente no Brasil até 1820<sup>77</sup> – sendo lido por servidores civis, militares e clérigos, inclusive, segundo comentários da época, por D. João VI<sup>78</sup> –, e depois, por ocasião da revolução do Porto (1820), livremente. Ele foi publicado pontualmente até dezembro de 1822 – quando Hipólito se despede<sup>79</sup> –, perfa-

<sup>76</sup> Como observa Southey (1981, Vol. II, p. 394), os portugueses eram menos liberais que os espanhóis, por isso não toleravam a imprensa no Brasil.

<sup>77</sup> "O exemplar custava no Rio de Janeiro: ao tempo da Independência, 1.280 réis – uma exorbitância, quase o preço de uma arroba de açúcar mascavo colocado no porto de Londres em 1808" (PAULA, 2001, p. 18).

<sup>78</sup> Henry Koster (1978, p. 198) comenta – a sua obra foi publicada em 1816 –, que "não é geralmente sabida a existência de três ou quatro publicações portuguesas em Londres [certamente referia-se aos jornais: O Correio Braziliense, o Investigador Português na Inglaterra, Reflexões sobre o Correio Braziliense]. Uma é proibida de circular no Brasil [O Correio Braziliense] e ouvi dizer que o mesmo se passa com as demais [?]. Sendo principalmente lidas pelos brasileiros, estão em toda parte não obstante a proibição [proibições: 17/09/1811; 02/03/1812; 25/06/1817]. Tenho-as visto nas mãos de civis, militares e eclesiásticos e essas autoridades falam publicamente nelas. Dizem que o Regente as lê também e, às vezes diverte-se com as invectivas contra as pessoas poderosas". De fato, havia muitos boatos e piadas no Brasil a respeito da influência do Correio Braziliense sobre as autoridades brasileiras. (Vejam-se: DOURADO, 1957, Vol. I, p. 263ss; PAULA, 2001, p. 19ss). A leitura de jornais portugueses no Brasil já era antiga, remontando pelo menos a 1778 (Cf. MOREL, 2008, p. 30).

<sup>79</sup> No derradeiro número, no "*Annuncio aos Leitores do Correio Braziliense*", escreveu: "Deixará pois o Correio Braziliense de imprimir-se mensalmente; e só sim todas as vezes, que se oferecer matéria, sobre que julgemos dever dar a nossa opinião, a bem da nossa pátria; e houver ocasião oportuna de fazer as remessas, que pela incerteza das saídas dos paquetas e navios, inutilizam a pontualidade da

zendo um total de 175 números, com 123 páginas em média, formando 29 volumes, constando cada volume de 700 a 1000 páginas e um total de 21.525 páginas. Segundo Sodré (1966, p. 32-33), a sua influência como formador de opinião, foi relativa: "nada teve de extraordinário"; contudo nem todos concordam com isso.<sup>80</sup> Formador de opinião ou não, a realidade é que esse periódico era tão incômodo para o governo, que este usou de várias estratégias para fazê-lo deixar de ser impresso; ora por meio de edital,<sup>81</sup> pressões diplomáticas, ora por meio de boatos (DOURADO, 1957, Vol. II, p. 350ss), subornos (DOURADO, 1957, Vol. II, p. 373ss) e, até mesmo por intermédio da publicação de jornais rivais.<sup>82</sup> Assim, em 1809 seria lançado em Lisboa, um periódico, intitulado, *Reflexões sôbre o Correio Braziliense*, dirigido pelo frei Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, patrocinado pelo governo. Em julho de 1811, o governo edita e financia outro jornal rival, agora em Londres, *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811-1819), dirigido inicialmente por Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Bernardo José de Abrantes e Castro. Quando a subvenção real foi cortada (outubro de 1818), o jornal, sem recursos próprios, encerrou as suas atividades em fevereiro de 1819.<sup>83</sup>

### 3) A LIBERDADE DE IMPRENSA (1821):

Em 4 de julho de 1821, D. João promulga a "Lei sobre a liberdade da imprensa". Hipólito a transcreve na íntegra na edição de setembro (COSTA, 2001/2002, Vol. XXVII, p. 191-205). Na mesma edição, à frente (p. 240ss.), faz algumas críticas à *Lei*. Com evidente e justificada satisfação comenta: "Houve tempo em que o passado governo de Lisboa teve quatro ou cinco escritores empregados em atacar, já com argumentos, já com toda a sorte de injúrias pessoais, o *Correio Braziliense*. Mas esses escritos caíram todos por terra, e o *Correio Braziliense* sobreviveu a todos, até ter a consolação de ver chegar a reforma do governo" (COSTA, 2001/2002, Vol. XXVII, p. 244).

A situação politicamente do Brasil estava em franca transformação. O difícil seria

---

publicação mensal de um Periódico, cujo escopo é unicamente o Brasil; e aonde não pode chegar com regularidade de tempo" (COSTA, 2001/2002, Vol. XXIX, p. 623].

<sup>80</sup> Varnhagen (1951, Vol. 5, p. 232), por exemplo diz: "Não cremos que nenhum estadista concorresse mais, para preparar a formação no Brasil de um império constitucional, do que o ilustre redactor do *Correio Brasiliense*". De igual modo pensa Rizzini (1988, p. 348 e 364 (entre outras)]. Vejam-se também: BARBOSA LIMA SOBRINHO, 2001, Vol. I, p. IX-XVI; BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1997, p. 71; RIZZINI, 1957, p. 195, 202-205; DOURADO, 1957, Vol. I, p. 141ss; 263ss.; PAIM, 1998, p. 43-47.).

<sup>81</sup> Veja-se o texto do Edital assinado em Lisboa por D. João, rei do Portugal (28/06/1817) proibindo a entrada e a circulação do jornal em Portugal e no Brasil (COSTA, 2001/2002, Vol. XXX/1, p. 749).

<sup>82</sup> Veja-se a carta de três governadores do reino de D. João VI, Marquês de Borba, Ricardo Raimundo Nogueira e Alexandre José Castello escrita em 23/12/1817, dirigida a D. João VI, explicando o porquê da proibição da publicação e circulação do *Correio Braziliense* em Portugal e seus domínios. (<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=257&sid=43&tpl=printerview>) (consulta feita em 15/11/08). Veja-se também: DOURADO, 1957, Vol. I, p. 269ss.).

<sup>83</sup> Vd. HALLEWELL, 1985, p. 34; SODRÉ, 1966, p. 28ss, 36ss; VARNHAGEN, 1951, Vol. 5, p. 230; CASCUDO, 1978, p. 198; DOURADO, 1957, Vol. II, p. 315ss). (Sodré indica o mês de julho, Varnhagen o mês de junho e Cascudo o mês de fevereiro para o início da circulação do jornal. O fato deste jornal ter totalizado 92 números, sendo a sua edição mensal, compondo 23 volumes, conforme informa Rodolfo Garcia, citado por Cascudo (1978, p. 198), parece indicar o mês de julho como sendo o do início da publicação do referido periódico).

modificar a percepção e o trabalho da imprensa no Brasil. O jornalista francês republicano, Charles Ribeyrolles (1812-1861?)<sup>84</sup> no final da década de 1850, elogiou o Brasil pela liberdade de imprensa e a sua proliferação (1980, Vol. 2, p. 130). Contudo, acentuou a sua total superficialidade, indiferente aos problemas de seu país: “não é verdade que, salvo raras exceções, a imprensa no Brasil é quase inteiramente nula?” (1980, Vol. 2, p. 135). Atacando de modo especial o *Jornal do Comércio*, o mais influente da época, enfatiza que “o instrumento aqui é livre. A faculdade integral, prezada e respeitada. O exercício é que é miserável” (1980, Vol. 2, p. 135). O fato é que mesmo o jornal colecionando grandes jornalistas, evitava assuntos polêmicos, tentando, como se possível, ser um jornal apartidário (MARTINS, 2008, p. 54; BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1997, p. 92). Em período semelhante, o missionário presbiteriano J.C. Fletcher (1823-1901) – que revisara e completara a obra do missionário metodista D.P. Kidder (1815-1891), *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil* (VIEIRA, 1980, p. 68-60), escreve em 1857 elogiando a liberdade de imprensa no Brasil, e, de forma respeitosa, descreve alguns jornais existentes no Rio de Janeiro, os comparando em alguns aspectos positivamente a jornais dos Estados Unidos e da Europa. Lamenta, contudo, o grande espaço dado a traduções em nossos periódicos. Acrescenta: “Se os brasileiros tivessem tempo para escrever e fizessem um esforço de pensar por si próprios, os estrangeiros, em breve, achariam que a sua produção é interessante e valiosa, e atribuir-lhe-iam o valor que merece ter” (KIDDER; FLETCHER (1941), Vol. I, p. 290).

Ao que parece, a imprensa desejada por Ribeyrolles só iria começar a se desenvolver 20 anos depois, a partir do final da década de 1870 (BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1997, p. 93-94; MACHADO, 2008, p. 247ss.; MARTINS, 2008, p. 54).

## 5. A BÍBLIA E OS SEUS DIVULGADORES NO BRASIL:

### A) As Proibições:

Ainda que a igreja romana tentasse impedir a prática de se excluir os livros considerados apócrifos das Escrituras<sup>85</sup> ou mesmo de colocá-los à parte,<sup>86</sup> bem

<sup>84</sup> Morreu no Brasil de febre amarela dez dias antes de regressar à Europa (HALLEWELL, 1985, p. 159-160).

<sup>85</sup> O termo grego "apócrifo" (a)po/krufoj), foi aplicado aos assuntos que deveriam ser revelados somente aos iniciados, sendo assim "escondido" do povo comum e, também, foi utilizado para se referir aos livros que, embora tivessem alguma semelhança secundária com os Livros Canônicos, considerados inspirados por Deus, não eram aceitos nem reconhecidos como tais. Apócrifos são, portanto, os livros extracanônicos redigidos no período bíblico.

<sup>86</sup> No segundo século da Era Cristã, foi feita uma tradução latina da Bíblia [Versão do Latim Antigo ("Vetus Latina", ou "Ítala")], tomando como texto base para o Antigo Testamento, a Septuaginta. No final do IV século, como esta tradução latina já precisava de uma ampla revisão, o papa Damasius I (c. 304-384) incumbiu a Sophronius Eusebius Hieronymus, conhecido como Jerônimo (c. 347-419) de fazê-la (383). Jerônimo, era um homem de profunda piedade e erudição, conhecendo bem o latim, o grego e o hebraico. O seu trabalho excedeu as expectativas de Damasius; já que ele fez mais do que uma simples revisão. Partindo dos originais Hebraicos e Gregos – ainda que dando atenção à Vetus Latina –, Jerônimo traduziu o Antigo e o Novo Testamento, concluindo a sua obra em 405, depois de 23 anos de trabalho. Na sua tradução, Jerônimo incluiu os "livros apócrifos", conforme

como a difusão das Escrituras, estes procedimentos tornaram-se crescentes: Os protestantes excluíram os livros apócrifos de suas edições e difundiram em profusão as Escrituras. Roma, por sua vez, não poupou meios para, pelo menos, impedir a divulgação das Escrituras: perseguições, bulas, decretos reais, calúnias (SCHAFF, 1964, p. 169-189), pressões morais e físicas<sup>87</sup> e por intermédio da imprensa escrita (Ver: SALVADOR, 1982, Vol. 1, p. 40-42). Estes meios podiam causar algum obstáculo, contudo, não foram eficazes: a Bíblia chegou finalmente em nossa pátria e, em nossa língua.

Retornemos um pouco na História. D. Henrique, O Casto (1512-1580), rei de Portugal, em 1551 divulgou várias listas de livros proibidos, inclusive a Bíblia em vernáculo. Hallewell conclui: “Provavelmente, foi devido à sua influência que se impôs uma proibição completa de obras impressas não licenciadas em 4 de dezembro de 1576. Daí em diante, toda publicação portuguesa necessitaria de uma tríplice licença: do bispo local, do Santo Ofício e do Desembargo do Paço, representando a coroa” (1985, p. 4). Lembremo-nos de que o *Santo Ofício* fora instalado em Portugal em 1536, fazendo as suas primeiras vítimas em 20 de setembro de 1540, quando foram condenadas à morte quatro pessoas.

## B) A Bíblia Em Português e no Brasil:

Voltemos à questão das Bíblias no Brasil. No século XVIII, a proibição de D. Henrique já não se aplicava a Portugal. A Bíblia que já dispunha de uma tradução para o português (com base na Vulgata), feita pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797): Novo Testamento (1778) e o Antigo Testamento (1790),<sup>88</sup>

---

constava na Septuaginta (tradução grega do Antigo Testamento feita por volta de 250 a.C.); todavia, questionou a sua canonicidade, fazendo uma distinção entre os "libri ecclesiastici" (apócrifos) e os "libri canonici" (canônicos, conforme os judeus aceitavam no Cânon Hebraico). Desta forma, na edição de Jerônimo, os apócrifos receberam um "status" secundário.

A Vulgata tornou-se o padrão para outras traduções da Bíblia, as quais, continuaram incluindo os Livros Apócrifos, como por exemplo, nas traduções alemãs do século XIV (antes da invenção da imprensa com tipos móveis).

No Concílio de Trento (1545-1563), a Vulgata foi elevada à condição de igualdade com os Originais Hebraicos e Gregos. Na 4ª Sessão de 08/4/1546, no "Decreto Concernente às Escrituras Canônicas", lemos:

Se alguém não receber como sagrados e canônicos os livros do Antigo e do Novo Testamento, inteiros e em todas as suas partes, como se contêm na velha edição Vulgata, e conscientemente os condenar, seja anátema" (In: SCHAFF, 1931, Vol. 2, p. 83).

No "Decreto Concernente à edição, e o uso, dos Sagrados Livros", o Concílio:

[...] ordena e declara, que a mencionada velha edição Vulgata, que pelo extenso uso de tantos séculos tem sido aprovada na Igreja, seja usada nas leituras públicas, discussões, sermões e exposições. Ela deve ser tida como autêntica e ninguém ouse rejeitá-la sob nenhum pretexto que seja (In: SCHAFF, 1931, Vol. 2, p. 82. Ver também: TURRETIN, 1992, Vol. 1, p. 131).

Para maiores detalhes, ver: COSTA, 2008, *passim*.

<sup>87</sup> Vejam-se: READ, 1969, p. 48; RIBEIRO, 1979, p. 96; LÉONARD, 1963, p.105ss; VIEIRA, 1980, p. 122ss; JARDIM, 1932, p. 90ss. No Brasil, as perseguições, ainda que não numerosas, quando as havia, eram promovidas, via de regra, por sacerdotes católicos (Ver: KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 112).

<sup>88</sup> Antes desta, tivemos a tradução do pastor calvinista, Rev. João Ferreira de Almeida (1628-1691) feita na Batávia, ilha de Java na Indonésia, (N.T. 1670, publicado em Amsterdã em 1681). Como Almeida morreu prematuramente, só pôde traduzir o Antigo Testamento até Ezequiel 48.21. O seu trabalho foi concluído em 1694, pelo pastor Jacobus Opden Akker, da igreja reformada de língua

também tinha a sua exportação proibida para o Brasil (Cf. HALLEWELL, 1985, p. 26). Oficialmente, as Bíblias em português foram permitidas no Brasil com a aprovação da rainha D. Maria II (1819-1853) – que nascera no Rio de Janeiro, filha de D. Pedro I (do Brasil; IV de Portugal) e D. Maria Leopoldina – e consulta do Patriarca Arcebispo eleito de Lisboa Francisco de São Luis, somente a partir de 1842. Esta autorização era para a publicação da edição de Figueiredo, que fora publicada em 1828 pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, sem a inclusão dos apócrifos (Cf. MEIN, 1977, p. 83,84; BITTENCOURT, 1965, p. 221; ANGUS, 1971, p. 129). No entanto, se “oficialmente” as Bíblias passaram a chegar ao Brasil após 1842, elas já haviam aportado por outros meios, desde no mínimo 1816 (Ver: REILY, 1984, p. 58).

Dentro da documentação disponível e consultada, podemos observar que, no âmbito da não oficialidade, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE) (fundada em 1804) e a Sociedade Bíblica Americana (SBA) (fundada em 1816), enviavam Bíblias para o Brasil através dos capitães de navios, negociantes, pessoal diplomático e militar, bem como dos capitães britânicos radicados no Brasil (Cf. KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 107; REILY, 1984, p. 58; READ, 1969, p. 48; LÉONARD, 1981, p. 42). Os comerciantes que se dispunham a “contrabandear” as Escrituras, recorriam ao curioso e também cômodo estratagem de deixar algumas caixas abertas com exemplares das Escrituras nas alfândegas (LÉONARD, 1981, p. 42; HAHN, 1989, p. 245). Kidder fala-nos de um inglês que usou deste expediente em Pernambuco no ano de 1833; no entanto, acrescenta: “Tal era, porém, a indiferença do povo pelo assunto, que se passou muito tempo antes que os livros sagrados fossem assim retirados” (1943, Vol. II, p. 94).

### 1) REV. SPAUDING:

Este trabalho não oficial continuou, tendo posteriormente como colaborador importante, o pastor metodista, Rev. Justin Spaulding, que desembarcou no Rio de Janeiro no dia 29 de abril de 1836, proveniente de New York, Estados Unidos. Em 23 de dezembro de 1837, Spaulding escreveu do Rio de Janeiro à Sociedade Bíblica Americana dizendo que já distribuía toda as Bíblias e Novos Testamentos e que esperava receber mais (MEIN, 1977, p. 90). Ele tornou-se membro da Sociedade Bíblica Americana. Em carta (14/12/1841) ao Rev. Charles Pittman, secretário correspondente da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal, revela a sua incompreensão pela censura à Escritura no Brasil, enquanto que livros de verdadeiros inimigos da religião cristã circulam livremente sem qualquer impedimento. (Veja-se a carta completa In: SALVADOR, 1982, Vol. I, p. 292). Mesmo atestando a infidelidade de muitos padres, conclui (In: SALVADOR, 1982, Vol. I, p. 292-293):

Mas graças a Deus, os brasileiros são um povo independente e genuinamente generoso e nobre. Que Deus impeça que sejam em qualquer momento levados sob a influência da superstição, escravidão e beatice da Idade Média, ou amedrontados pelos horrores de uma inquisição de seu direito individual, liberdade para ler, julgar e falar sobre todos os assuntos.

---

portuguesa na Batávia, Indonésia. O Antigo Testamento foi publicado em dois volumes: o primeiro, editado em 1748, constava dos Livros de Gênesis a Ester; o segundo, editado em 1753, era constituído pelos Livros de Jó a Malaquias. Akker, traduziu também o Saltério de Petrus Dathenus para o português, sendo publicado na Indonésia em 1703. O Saltério de Dathenus era na realidade a tradução dos 150 salmos metrificados baseado no Saltério genebrino em francês, editado por Clement Marot (1497-1544) e Theodore de Beza (1519-1605) (Cf. SCHALKWIJK, 1986, p. 26 e 118).

## 2) REV. KIDDER E A QUESTÃO HERDADA: “AS BÍBLIAS FALSIFICADAS”:

Em 1837, chega ao Brasil Rev. Daniel P. Kidder (1815-1891), como missionário metodista e, simultaneamente, agente da Sociedade Bíblica Americana.<sup>89</sup> Kidder, que viajou por diversas cidades do Brasil no período de 1837-1840, comenta como ele foi procurado por padres desejosos de obterem um exemplar das Escrituras, ainda que houvesse oposição de quando em quando por parte do clero (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 109ss; p. 261ss; 1943, Vol. II, p. 51, 96). Escreve com alegria: “Estamos firmemente convictos de que nenhum outro país católico existe onde seja maior a tolerância ou a liberdade de sentimentos para com os protestantes” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 112).<sup>90</sup> Posteriormente, o missionário metodista J.J. Ransom que aqui chegara em 02/02/1876, perceberia os benefícios trazidos pela venda e distribuição de Bíblias, fazendo menção disso no prefácio do seu livro *O Culto Dominical*, editado em 1878.<sup>91</sup>

<sup>89</sup> Reily (1984, p. 67) diz que “Os historiadores geralmente têm entendido, erroneamente, que [Kidder] fosse Agente da Sociedade Bíblica Americana e não missionário metodista”. Engana-se Reily. Kidder era missionário e também agente da Sociedade Bíblica Americana. Em 15/02/1839, Kidder doa uma Bíblia à Biblioteca da Academia Jurídica e São Paulo, na qual ele escreveu: “À Biblioteca da Academia Jurídica de S. Paulo – Da Sociedade Bíblica Americana pelo seu correspondente D.P. Kidder” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 212; KIDDER; FLETCHER, 1941, Vol. 2, p. 78).

<sup>90</sup> À página 281ss, Kidder transcreve diversas cartas que recebeu solicitando o envio de exemplares da Bíblia. Veja-se também, HAHN, 1989, p. 243ss. É altamente ilustrativo os gentis encontros e conversas que Kidder teve com Diogo Antônio Feijó (1784-1843) (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 250,261). Feijó havia tentado anteriormente (1836), trazer os protestantes, “Irmãos Morávios”, ao Brasil, com o objetivo de trabalhar na catequese dos índios. Contudo, lamentavelmente eles estavam “impossibilitados de atender” o convite (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 41; VIEIRA, 1980, p. 31-32; HAHN, 1989, p. 249ss).

<sup>91</sup> Veja-se: HAHN, 1989, p. 243-244. Em 22 de fevereiro de 1877, o missionário presbiteriano, Rev. A.L. Blackford (1829-1890), residindo no Brasil desde 1860, escreve ao seu colega, o metodista, Rev. John James Ransom (TUCKER, 1936, p. 89): “Você já conhece o português suficientemente bem para poder fazer-se compreender e já poderia pregar nesse idioma. Mas se começar agora, o trabalho que cair sobre você vai impedir o seu regular e cuidadoso estudo da língua...”

“Você deve preparar-se não apenas para pregar mas também para escrever – e escrever bem (em português)!” (Carta de Blackford a Ransom, 22/02/1877. In: *Annual Report*, 1871. *Apud* REILY, 1985, p. 4).

Reily em seu artigo, diz que Ransom levou a sério o conselho de seu amigo, empreendendo uma série de trabalhos em nossa língua, entre eles, traduziu em 1877, o *Catecismo Bíblico* do Bispo McTyeire e a *Disciplina Metodista* (então, os Cânones da Igreja) e, em 1878, publicou a adaptação que João Wesley fizera do *Livro do Oração*, intitulado, *Compêndio de Oração* (REILY, 1985, p. 4).

Posteriormente, em 01 de janeiro de 1886, saíria o primeiro jornal metodista publicado no Brasil, de edição quinzenal, intitulado: *Methodista Catholico*. O Redator? Rev. J.J. Ransom.

Na primeira página há o “Programa do Metodista Católico”, assinado pelo “Editor Responsável”, no qual é explicado que esta “folha” é “órgão da Igreja Metodista Episcopal no Brasil”, acrescentando: “Nosso programa é simplicíssimo. Todos os números terão as competentes *Lições Internacionais* para as Escolas Dominicais; um ou mais artigos doutrinários; e o melhor que pudermos colher dos jornais brasileiros sobre as grandes questões do dia, tanto religiosas como morais e sociológicas. Pe-dimos de todas as Igrejas Evangélicas notícias suas para que o público fique ciente do progresso do Evangelho....” (METHODISTA CATHOLICO, 01/01/1886, p. 1). (grifos meus).

Este jornal teria o seu nome mudado em 15/08/1887 para *Expositor Cristão*, tendo como redator responsável, J.L. Kennedy (1928, *passim*), quem mais tarde escreveria a obra fundamental para o estudo do Metodismo no Brasil, *Cincoenta Annos de Methodismo no Brasil*, (KENNEDY, 1928). Em

Uma acusação comum no século XIX aos protestantes em nossa pátria, era que as “Bíblia protestantes” eram falsas.<sup>92</sup> No entanto o que desejamos sublinhar, é que quem começou ou, pelo menos, estimulou esta falsa acusação foi um “sacerdote anglicano” residente no Rio de Janeiro.

A questão foi a seguinte: Kidder estimulado pela boa aceitação das Bíblias que distribuía em nosso território, inclusive entre autoridades civis e eclesiásticas, resolveu, “propor oficialmente ao governo provincial (de São Paulo), o fornecimento gratuito de Bíblias em quantidade correspondente às necessidades de suas escolas” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 267).

Kidder após sondar diversas autoridades políticas e eclesiásticas, conversou com Martim Franciso, Presidente da Assembléia da Província de São Paulo, entregando também, ao Sr. Antônio Carlos, “alguns exemplares do Novo Testamento, para dar idéia da tradução” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 268). Este, na qualidade de presidente da Comissão de Instrução Pública e Martim Afonso, apresentaram à Assembléia durante a sessão daquele mesmo dia, os exemplares do Novo Testamento fornecidos por Kidder, juntamente com um documento de sua lavra datado de 15/02/1839, que, entre outras coisas, se comprometia em nome da Sociedade Bíblica Americana a providenciar “o fornecimento gratuito de exemplares do Novo Testamento, traduzido para o português pelo Padre Antônio Pereira de Figueiredo, em quantidade suficiente para fornecer doze exemplares a cada uma das escolas primárias da Província, mediante a condição única de que tais volumes sejam desembaraçados, quando entregues à Alfândega do Rio de Janeiro, distribuídos, conservados e usados pelas diversas escolas, como livros de leitura geral e instrução para os alunos das mesmas....” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 269-270).

Após todas as indicações favoráveis que Kidder teve de ver seu pedido aceito, viu seus esforços serem engavetados devido às disputas políticas internas que foram agravadas pelo fato de um “sacerdote anglicano residente no Rio de Janeiro” ter insinuado “ao velho bispo que talvez a tradução não fosse exatamente o que se afirmava; provavelmente havia sofrido alterações” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 272).

Kidder reagiu, no entanto, sem sucesso: “Propusemos então o exame da mesma, todavia, quer fosse por incapacidade, quer por deliberada negligência, jamais foi ele tentado; e assim, a desconfiança do velho diocesano contribuiu para a delonga....” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 272).

O fato é que a sua proposta nunca mais foi tratada, Consola-se Kidder: “Provavelmente, nunca mais foi ela objeto de deliberação. Também, para o bom nome da Província, jamais foi abertamente rejeitada” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 272).<sup>93</sup>

---

1986, saiu uma série de artigos no *Expositor Cristão* alusivos ao centenário do jornal metodista, Vejam-se in loc.

<sup>92</sup> Vejam-se: IMPRENSA EVANGÉLICA, 04/01/1873, p. 1-2 e excertos de documentos em Reily (1984, p. 63-64). Vejam-se também: SALVADOR, 1982, Vol. I, p. 39, 289-292; RIBEIRO, 1981, p. 141-153; LÉONARD, 1981, p. 44; LESSA, 1938, p. 15; LEITE, 1882, p. 1ss; GLASS, [s.d.], p. 95, 207-208; 215-216.

<sup>93</sup> Mein (1977, p. 91) engana-se ao afirmar que a oferta de Kidder foi concretizada.

Ao que parece, neste mesmo ano (1839), o arcebispo da Bahia D. Romualdo de Seixas, dizia ser as Bíblias distribuídas pelos protestantes, “truncadas e manipuladas”.<sup>94</sup>

Aliás, foi o próprio D. Romualdo quem cunhou a expressão “Bíblia Falsificada”, objetivando desmoralizar a distribuição de Bíblias pelas Sociedades Bíblicas (LEITE, 1982, *passim*). D. Manoel Joaquim da Silveira, sucessor de D. Romualdo, por volta de 1863, editou pastoral polêmica, detalhando as alegadas falsificações: no Antigo Testamento, faltavam os apócrifos; no Novo, havia termos divergentes da tradução de Figueiredo. Respondeu-lhe imediatamente o Rev. Ricardo Holden, então missionário episcopal na Bahia, com as razões protestantes para rejeitar os apócrifos. Publicou-as em opúsculo, *Bíblias Falsificadas* (Ver: HOLDEN, 1863, *passim*). O tema foi retomado logo a seguir em Recife pelo cônego Pinto de Campos (IMPRESA EVANGÉLICA, 21/04/1866, p. 57). Fê-lo a propósito, de distribuição (gratuita) de Novos Testamentos, versão de Almeida, pelo general Abreu e Lima (1794-1869). Pouco continente na linguagem, o padre aplicou ao distribuidor (sem mencionar nomes) termos que o general considerou ofensivos. Vai daí, respondendo-lhe o general, possivelmente maçom (CHACON, 1964, p. 159), sob o pseudônimo de “O Cristo Velho”, com artigos cáusticos e oportunos no *Diário de Pernambuco*, a seguir reunidos e publicados em livro no Recife, 1867, sob o mesmo pseudônimo, tendo como título *As Bíblias Falsificadas*. (ABREU E LIMA, 1867).<sup>95</sup>

D. Antonio F. Viçoso (1787-1875), bispo de Mariana, também deu sua contribuição na defesa da canonicidade dos apócrifos.

O presbiteriano Antonio Pedro de Cerqueira Leite escreveu uma série de artigos que começaram a ser publicados na *Imprensa Evangélica* em 29/05/1880. Estas publicações continuaram até 1882. Neste último escrito sobre o assunto, Cerqueira Leite agradece as ofertas recebidas para a edição do seu livro, que consistiria na reunião dos referidos artigos. No livro, publicado em 1882, o autor demorou-se nas razões contra a inclusão dos apócrifos na Bíblias, constituindo-se o mesmo num histórico da polêmica até então: *As Bíblias Falsificadas: Resposta à Uma Velha Pastoral* (LEITE, 1882).

É certo que a compra das Bíblias “protestantes” continuou a expandir-se velozmente, não obstante artigos contrários, e pastoral baiana.

A polêmica continuou. Na *Imprensa Evangélica* de 1882 ainda encontramos a sua efervescência.<sup>96</sup>

<sup>94</sup> RIBEIRO, 1981, p. 142,146; ROCHA, 1941, Vol. 1, p. 231-232. Houve diversos panfletos católicos neste sentido, escritos especialmente no período de 1837-1839 pelo Padre Luiz Gonçalves dos Santos e mais tarde (1862-1865) pelo arcebispo da Bahia, D. Manoel Joaquim Silveira e pelo Conego Pinto de Campos em Pernambuco (Vejam-se: RODRIGUES, 1904, p. 205ss; 216ss; RIBEIRO, 1981, p. 143; VIEIRA, 1980, p. 189-207). A questão foi severa, havendo inclusive queima de Bíblias. Vd. ROCHA, 1941, Vol. 1, p. 197-198; RIBEIRO, 1981, p. 150-151. Ribeiro narra e documenta a polêmica (1981, p. 141-153)).

<sup>95</sup> Para uma visão mais ampla da vida e obra de Abreu e Lima, ver: CHACON, 1964, p. 145-187.

<sup>96</sup> Vejam-se por exemplo, IMPRESA EVANGÉLICA, 31/01/1882, p. 13; 28/02/1882, p. 28-29; 15/03/1882, p. 35; 30/03/1882, p. 42; 15/11/1882, p. 165-166; 15/12/1882, p. 180.

### 3) REV. FLETCHER:

No ano de 1851 desembarca no porto do Rio de Janeiro, proveniente dos Estados Unidos, um jovem pastor presbiteriano, recém-ordenado, Rev. James Cooley Fletcher (1823-1901). Fletcher veio para o Brasil como missionário nomeado para servir aos americanos residentes no Brasil (mais especificamente os do Rio de Janeiro), sob os auspícios da União Cristã Americana e Estrangeira (fundada em 10/05/1849) e da Sociedade Americana de Amigos dos Marítimos (fundada em 1828), servindo a esta entidade como Capelão no porto do Rio de Janeiro, atendendo principalmente os marinheiros americanos e ingleses; serviço que fez com dedicação e abnegação.

Fletcher tinha consciência da necessidade de se disseminar a Bíblia no Brasil; pensando nisso, escreveu insistentemente às Sociedades Bíblicas Americana e Britânica a fim de convencê-las a abrir agências no Brasil. Finalmente, motivada pelos apelos de Fletcher, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, enviou o seu primeiro agente oficial, o Sr. Richard Corfield de Liverpool, que estabeleceu em 1856 no Rio de Janeiro, o primeiro depósito permanente de Bíblias no Brasil. Corfield, empreendeu diversas viagens, especialmente nos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Já nos seus relatórios de 1857, Corfield declara que no primeiro semestre de 1857, expedira do Depósito 533 Bíblias e 1859 Novos-Testamentos em português (ROCHA, 1941, Vol. 1, p. 107).

No ano de 1854, o próprio Fletcher tornou-se agente da Sociedade Bíblica Americana para servir no Brasil (VIEIRA, 1980, p. 69; ROCHA, 1941, Vol. 1, p. 17,106.),<sup>97</sup> cargo que ocupou até 1856 (BRAGA; GRUBB, 1932, p. 54). Na condição de agente da SBA, Fletcher empreendeu algumas viagens, por diversas cidades brasileiras, vendendo exemplares das Sagradas Escrituras.

### 4) DR. KALLEY:

O médico e missionário escocês, Dr. Robert Reid Kalley (1809-1888) e sua esposa, Sr<sup>a</sup> Sarah Poulton Kalley (1825-1907) chegou ao Brasil em 10/05/1855, radicando-se em Petrópolis. Kalley além de distribuir alguns relógios de ouro para pessoas específicas (VIEIRA, 1980, p. 116), distribuiu Bíblias (LÉONARD, 1981, p. 50; REILY, 1984, p. 96; READ, 1967, p. 209; RIBEIRO, 1979, p. 97).<sup>98</sup>

<sup>97</sup> Vieira equivocou-se ao afirmar que Fletcher foi "o primeiro agente nomeado pela Sociedade Bíblica Americana para o Brasil" (1980, p. 69). Na realidade, D.P. Kidder já fora agente desta Sociedade antes dele, conforme o próprio Kidder indica (1951, Vol. 1, p. 212; KIDDER; FLETCHER, 1941, Vol. 2, p. 78).

<sup>98</sup> Quando Kalley foi acusado de fazer propaganda protestante através de distribuição de Bíblias, escreveu: "A única Bíblia que hei posto nas mãos dos brasileiros é a tradução Católica romana do Padre Antonio Pereira de Figueiredo" (In: ROCHA, 1941, Vol. 1, p. 98). Mais tarde, em 1902, o colportor Frederick C. Glass (1871-1960), continuava vendendo Bíblias da tradução de Figueiredo (Ver: GLASS, [s.d.], p. 125, 218). Glass, inclusive entendia que somente em último caso se deveria dar a Bíblia... As pessoas pagando de alguma forma (milho, toucinho, feijão), valorizam mais o que adquirem (GLASS, [s.d.], p. 129-130).

## 5) REV. SIMONTON E REV. BLACKFORD:

O pastor presbiteriano, Rev. Ashbel Green Simonton (1833-1867), que chegou no Brasil em 12 de agosto de 1859, criou em 1860 uma sala que alugara à Rua São Pedro, no Rio de Janeiro, um depósito de Bíblias. "Estamos tirando a licença preparatória, para anunciar ao público nosso Depósito de Bíblias. Espero que com esses meios e esses passos possamos começar a realizar o que pretendemos (SIMONTON, 1982, 22/10/1860). Ou seja, a "propagação do Evangelho" (SIMONTON, 1866-1875. p. 7). A livraria (Depósito) ficava aos cuidados da irmã de Simonton, Sr<sup>a</sup> Blackford.

Simonton e o seu cunhado, Rev. Alexander L Blackford (1829-1890), foram durante algum tempo (1860-1861), agentes não remunerados da Sociedade Bíblica Americana (VIEIRA, 1980, p. 138).

No período de dezembro de 1860 a março de 1861, Simonton fez uma visita demorada ao Estado de São Paulo, percorrendo a capital e algumas cidades do interior tais como: Santos, Sorocaba, Itapetininga, Itu, Campinas, Rio Claro, e outras (Vejam-se: SIMONTON, 1982, 25/12/1860 até 03/03/1861; LESSA, 1938, p. 19; LÉONARD, 1981, p. 55; RIBEIRO, 1979, p. 98, 101; RIBEIRO, 1981, 39ss.). Nestas viagens distribuiu exemplares da Bíblia e estabeleceu depósitos de Bíblia.

No período de 14/11/1861-jan/1862, Blackford viajou por Petrópolis, Juiz de Fora, Barbacena, São João Del Rei (aqui ficando seis semanas). Nesta viagem, distribuiu Bíblias, Novos Testamentos e folhetos, providenciando também, para que comerciantes locais fizessem a venda destes materiais.<sup>99</sup>

Mais tarde, em 1877, Blackford, desligou-se da "Board" e aceitou a posição de Agente da Sociedade Bíblica Americana, permanecendo nesta função até 1880 (SIMONTON, 1900, p. 68). Nesta nova condição de Agente da SBA, viajou pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, "viajando mais de 3000 milhas (mais de 4.827 kms.), e a maior parte a cavalo; visitou 32 cidades e vilas, em 25 dos quais ele teve oportunidade de pregar o Evangelho de Cristo e espalhar 2.360 exemplares da Palavra de Deus" (KOLB, 1902, p. 40).<sup>100</sup>

## 6) REV. JOÃO DOS SANTOS:

Em março de 1879 a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira nomeou o seu primeiro agente brasileiro, o pastor congregacional, Rev. João Manoel Gonçalves dos Santos (1842-1928), cargo que ocuparia até 31/12/1901, exercendo esta função com afinco. Santos fora um dos primeiros convertidos de Kalley no Brasil, sendo batizado em 09/01/1859. Posteriormente, graças a ação de Kalley, Santos pôde estudar durante 3 anos em Londres, no "Pastor's College" de Charles Spurgeon (1834-

<sup>99</sup>Veja-se a descrição feita pelo próprio Blackford desta viagem, In: RIBEIRO, 1981, p. 29-38.

<sup>100</sup>Vejam-se, também, LESSA, 1938, p. 148, 356; O ESTANDARTE, 4 e 11/1/1912, p. 12.

1892), preparando-se para o Ministério da Palavra (JARDIM, 1932, p. 408; ROCHA, 1941, Vol. 1, p. 222; Vol. 3, p 173 e 289-290; SILVA JÚNIOR, 1960, p. 19-20).

## 7) OS COLPORTORES: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA:

Resumindo estas notas, podemos dizer que os “colportores” ou, no caso, conforme o sentido que a palavra tomou no Brasil, os vendedores de Bíblias ambulantes, tiveram um papel inestimável na divulgação do Evangelho, na preparação para a pregação do Evangelho de Cristo. Como exemplo, não isolado, temos a Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, organizada por Blackford em 05/03/1865. Esta Igreja foi precedida pelo trabalho de dois colportores: Antonio Marinho da Silva e Manoel Pereira da Cunha Bastos (LESSA, 1938, p. 22-23). Aconteceu algo semelhante na Igreja Presbiteriana de Tibagy, Paraná, em 1884 (RIBEIRO, 1981, p. 153).

F.C. Glass (1871-1960), que trabalhou durante 40 anos como colportor no Brasil (GLASS, [s.d.], p. 298), interpretou: “Sem dúvida alguma a grande maioria das Igrejas Evangélicas do Brasil deve sua existência à Sociedade Bíblica, e, com igual certeza pode ser asseverado que a pessoa mais temida pelos sucessores da linhagem dos Padres Jesuítas, é o colportor da Bíblia” (Glass, [s.d.], p. 43. Ver também, p. 97-98).

Como bem disse Boanerges Ribeiro: “Os colportores sempre foram parte valiosíssima do staff missionário, nesses anos iniciais” (RIBEIRO, 1981, p. 152; Vejam-se também: RIBEIRO, 1981, p. 141-153; REILY, 1984, p. 64-67; READ, 1967, p. 47-49). Creio que o pensamento de Blackford, parafraseando a própria Escritura, a respeito da distribuição de Bíblias, resume bem a percepção de todos aqueles homens que se dedicaram a este mister: “Onde quer que se difunda a Palavra de Deus, o Espírito de Deus pode fazer dela poder de Deus e Sabedoria de Deus para a salvação” (*Apud* RIBEIRO, 1981, p. 37).<sup>101</sup>

## 8) SOCIEDADE BÍBLICA BRASILEIRA (1874):

Em 1874, com o objetivo específico de difundir a Bíblia no Brasil, constituiu-se na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, uma Sociedade Bíblica Brasileira (RIBEIRO, 1981, p. 152). Nas “Notícias Religiosas” da *Imprensa Evangélica* (02/05/1874, p. 69), lemos: “Calcula-se que já 100.000 Bíblias e Novos Testamentos foram vendidos e distribuídos neste Império”. Esta era parte da resposta dada à acusação de terem os protestantes produzido e divulgado “Bíblias falsificadas”.<sup>102</sup>

<sup>101</sup> Dois livros que ilustram bem esta afirmação é o de autoria de Miguel Rizzo (RIZZO, 1988) e de Chaves (1947). Vejam-se também as transcrições do Diário de John Boyle em Ribeiro (1987, p. 74-94), especialmente, p. 87 e 93.

<sup>102</sup> Vejam-se: RIBEIRO, 1981, p. 141-153; IMPRENSA EVANGÉLICA, 04/01/1873, p. 1-2; 18/01/1873, p. 9-10; 07/06/1873, p. 81-82; 21/06/1873, p. 89-90. (A discussão não se limita a estas edições do Jornal contudo, foram estas que tomei como exemplo).

## 9) PRIMEIRA BÍBLIA TRADUZIDA E PUBLICADA NO BRASIL (1879-1917):

Finalmente, em 1879 foi publicada a primeira tradução brasileira do Novo Testamento, editada pela Sociedade de Literatura Religiosa e Moral, sediada na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1981, p. 152). Nesta tradução feita do texto grego,<sup>103</sup> trabalharam: Dr. José Manoel Garcia; Rev. Modesto Perestrello Barros Carvalhosa (1846-1917),<sup>104</sup> e o Rev. A. L. Blackford. Em 1917 foi publicada a Bíblia inteira (MEIN, 1977, p. 88; BITTENCOURT, 1965, p. 233).

Dessa forma, quer por importação, quer por tradução e edição brasileira, o povo brasileiro foi tendo contato com as Escrituras. O interesse foi percebido desde o início, mesmo que por motivos outros que não fosse ouvir a voz de Deus, como interpreta talvez temerariamente o Sr. S.R. Mckay em carta à *SBBE*, escrita no Rio de Janeiro em 22/05/1826: “Tenho visto entre o povo uma grande avidez de possuir a Bíblia, mas acho que na maioria dos casos isso não nasce do amor ao seu abençoado conteúdo, senão da curiosidade de conhecer aquilo que por tanto tempo foi escondido dos seus olhos” (In: REILY, 1984, p. 65); ou, como constatou Kidder, que, apesar de haver por parte do povo um interesse real pela verdade de Deus, muitos desejavam a Bíblia para mostrar que tinham liberdade religiosa, podendo ler e avaliar o que quisessem. (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 108-110). Kidder conclui: “Pode-se facilmente imaginar quais tenham sido os resultados de tal exame, sobre as almas sinceras. Assim foi que a verdade inspirada encontrou livre caminho para o seio de centenas de famílias de dezenas de escolas onde se podia perfeitamente deixar que operasse por si só os seus maravilhosos efeitos sobre as almas” (KIDDER, 1951, Vol. 1, p. 111).

## 6. A “IMPREENSA EVANGÉLICA” E OS SEUS IDEAIS:

No dia 5 de novembro e 1864, Simonton juntamente com outros amigos, publica o primeiro número do jornal, *Imprensa Evangélica*, o primeiro jornal evangélico do Brasil e talvez da América Latina. O objetivo primário era de publicá-lo semanalmente, todavia, como registrou Simonton, “poucos dias foram suficientes para mostrar a insensatez de tal plano e a certeza de ficarmos envolvidos em grandes perdas se não assumíssemos a gerência” (SIMONTON, 1982, 26/11/1864). Devido a esta mudança de planos, no primeiro número onde dizia “Publica-se todos os sábados”, teve a expressão “todos os sábados”, riscada bem como no artigo explicativo a respeito da origem e propósito do jornal, onde estava escrito, “Sairá semanalmente um número de 8 páginas”, teve a palavra “semanalmente” o mesmo fim. No edito-

---

<sup>103</sup> Mein (1977, p. 87) comete um pequeno equívoco ao dizer que esta tradução foi apenas uma revisão da tradução de João Ferreira de Almeida (1628-1691). Por certo, Mein não teve acesso à obra que, de fato, é raríssima. Durante o ano de 1880 a *Imprensa Evangélica* diversas vezes anunciou a venda desses Novos Testamentos, reproduzindo o frontispício do mesmo, onde dizia ser a tradução do original grego (*Imprensa Evangélica*, 21/8/1880, p. 264; 28/8/1880, p. 272). Há pouco mais de trinta anos o *Brasil Presbiteriano* de 15/01/1979, fez também uma reprodução fotográfica do frontispício da aludida “primeira edição brasileira”.

<sup>104</sup> Carvalhosa, português de nascimento, professou a sua fé e foi batizado na Igreja Presbiteriana de São Paulo em 25/03/1866. Aluno do Seminário Presbiteriano Primitivo, foi licenciado em 22/08/1870, designado para a Igreja de Lorena; Ordenado em 20/07/1871.

rial do segundo nº, explica (IMPRESA EVANGÉLICA, 19/11/1864, p. 1):

A IMPRESA EVANGÉLICA continuará a ter oito páginas de impressão, e, para não diminuir na matéria, julgamos melhor distribuí-la, nesse formato, duas vezes por mês, ficando assim definitivamente regularizada a sua publicação.

Circunstâncias imprevistas nos obrigaram a esta alteração, para a qual contamos com o benevolente assentimento dos nossos assinantes.

No Relatório ao Presbitério, Simonton diz que este periódico foi publicado “como meio de levar o conhecimento de Cristo a muitos que não consentissem em freqüentar o culto público” (SIMONTON, 1866-1875, p. 6).

Logo após a edição do primeiro número da *Imprensa*, houve uma reação católica, através do jornal ultramontano do Rio de Janeiro, *O Cruzeiro do Brasil*, que noticiando o aparecimento de um periódico protestante na Corte, pedia ao Vigário Capitular do Rio de Janeiro, que após investigação do fato, tomasse as medidas necessárias como Chefe do Bispado (VIEIRA, 1980, p. 148-149).<sup>105</sup> Todavia, houve, também manifestação de simpatia por parte de pelo menos três jornais seculares do Rio de Janeiro, a saber: *O Constitucional*, *O Jornal do Comércio* e *O Diário do Rio de Janeiro*, conforme comenta e transcreve parte dos dizeres destes jornais, a *Imprensa Evangélica*, no seu segundo nº (19/11/1864, p. 1).

O primeiro número da *Imprensa*, com 400 (RIBEIRO, 1995, p. 43) ou 450 exemplares (RIBEIRO, 1981, p. 97), foi impresso na Typographia Universal de Laemmert;<sup>106</sup> todavia, devido a ameaças sofridas pelos editores, eles se negaram a imprimir o seguinte número da *Imprensa*, “temendo que sua tipografia fosse atacada pelo populacho açulado pelos padres” (O ESTANDARTE, 1912, 4 e 11/01/1912, p. 5).

O 2º número da *Imprensa*, de 19/11/1864, foi impresso na Typographia Perseverança, localizada à rua do Hospício, 99<sup>107</sup> (Atual Buenos Aires). O jornal permaneceu. No Relatório ao Presbitério do Rio de Janeiro em agosto de 1868, relata o Rev. Schneider: “A *Imprensa Evangélica* tem sido publicada sem interrupção alguma

<sup>105</sup> Este periódico seria extinto por falta de recursos em 22/10/1865 (IMPRESA EVANGÉLICA, 04/11/1865, p. 3).

<sup>106</sup> Esta Tipografia, localizada à rua dos Inválidos, nº 71, pertencia aos protestantes Eduard Laemmert e Heinrich Laemmert, que organizaram sua tipografia em 2/1/1838, a qual tornou-se no século XIX, a segunda maior e mais importante gráfica do Rio de Janeiro (visitada inclusive por D. Pedro II em 9/7/1862), perdendo apenas para a Garnier. Para se ter uma idéia da sua importância, no começo da década de 1860, com menos de trinta anos de fundação, ela já havia produzido 400 títulos de livros. Lembremo-nos de que em 1863, o Rio de Janeiro, Capital do Império, só dispunha de 17 livrarias (HALLEWELL, 1985, p. 47) e, em 1868, 29 livrarias (ALMANAK LAEMMERT, 1869, p. 544). Em 1883, por exemplo, a Garnier Frères era responsável por quase a metade dos títulos publicados no Rio de Janeiro e, a Laemmert, por mais de um terço (HALLEWELL, 1985, p. 160ss). A ligação de pelo menos um dos sócios da Laemmert com os Presbiterianos, verifica-se através do fato de que H. Laemmert, foi um dos muitos estrangeiros e brasileiros que fizeram subscrições para financiar a construção do Templo Presbiteriano no Rio de Janeiro, inaugurado em 29/03/1874 (Vejam-se: VIEIRA, 1980, p. 289-290).

<sup>107</sup> A partir do nº 15 de 03/06/1865, p. 8, da *Imprensa Evangélica*, o endereço da gráfica é apresentado como sendo à Rua do Hospício, 91. Ela mudou de edifício; e, em 1875 a rua foi renumerada, recebendo, então, a gráfica, o nº 85 (Vejam-se: IMPRESA EVANGÉLICA, 03/06/1865, p. 8; BERGER, 1984, p. 111).

duas vezes cada mês durante o ano inteiro e embora seja impossível dizer que tenhamos conseguido bons resultados, quantos almejamos, contudo somos de opinião de não serem inúteis os trabalhos que com ela tivemos” (SCHNEIDER, 1866-1875, 08/8/1868).

Uma semana antes da *Imprensa* ser publicada, Simonton fez circular uma carta falando do futuro lançamento e de seus objetivos (IMPRESA EVANGÉLICA, 21/10/1865, p. 1-2):

O fim que tem em vista a redação da *Imprensa Evangélica*, pode ser explicado em bem poucas palavras.

De comum com a maior parte dos que têm refletido sobre a situação do país, estamos convencidos de que a primeira necessidade do presente é o desenvolvimento intelectual e moral de todas as classes do povo e é nossa também convicção geral de que toda a esperança de sólido progresso e de estabilidade só pode firmar-se na difusão geral de verdadeiros princípios morais e religiosos.

Segundo a opinião mais em voga, todo o remédio está na intervenção dos poderes do estado e todo o dever do indivíduo se limita a reclamar essa intervenção.

Aqui divergimos.

Creemos que é indispensável o concurso de todas as inteligências, e que qualquer esforço sincero para difundir uma instrução verdadeiramente moral e religiosa, é digno de louvor.

A existência da *Imprensa Evangélica* é o resultado desta convicção, e ela se dedicará à explicação e disseminação dos preceitos e doutrinas do Evangelho, – única fonte quer dar moral, quer da religião, – único código que, bem entendido e fielmente observado, pode promover e assegurar a felicidade individual e social de qualquer povo. (grifos meus).

A linha editorial da *Imprensa* torna-se evidente já no primeiro número: contribuir para curar o mal existente no Brasil pela pregação do Evangelho, tendo como base inicial a família: “No meio do caos de idéias religiosas, que divide atualmente os homens, inútil fora descobrir-lhes as fontes donde borbulha o mal, se para curá-lo lhes não aplicássemos meios. A propagação do Evangelho, pela vivificação da devoção doméstica, pelo órgão de uma folha, particularmente a isso consagrada, eis de nossa parte a aplicação dos meios” (IMPRESA EVANGÉLICA, 5/11/1864, p. 1). A isto o jornal se destina: “Se de nossos esforços não conseguirmos vingar senão o mínimo do nosso desígnio, ainda assim nos lisonjaremos jubilosos, por havermos cumprido com o nosso dever. Tal é a única missão da *Imprensa Evangélica*” (IMPRESA EVANGÉLICA, 5/11/1864, p. 1).

Mais abaixo reafirma o seu objetivo religioso e, ao mesmo tempo a sua disposição em apresentar um periódico atual e que se moldará conforme o avanço da incipiente Igreja (IMPRESA EVANGÉLICA, 5/11/1864, p. 1):

Com o progresso de nossa Igreja, iremos dando à nossa folha o desenvolvimento que lhe convém, por publicações variadas, que sem se afastarem de seu principal objetivo, lhe procurarão o atrativo da novidade nas formas.

Este trabalho, não tendo em vistas senão os interesses exclusivamente religiosos da sociedade em geral, como particular do indivíduo, estranho à toda e qualquer ingerência em política, a todos é consagrado; porém com muita particularidade o dedicamos àqueles para quem a religião de Jesus Cristo ainda não se tornou coisa indiferente, e, no meio da perversão universal e seus princípios divinos, não trairão ainda o dom mais precioso de Deus – a liberdade de consciência perante o Evangelho.

No relatório apresentado ao Presbitério do Rio de Janeiro em 10/07/1866, Si-

monton diz que a *Imprensa*, objetivava "levar o conhecimento de Cristo a muitos que não consentissem em freqüentar o culto público". De fato, Boanerges Ribeiro, registra que "em Ubatuba, a igreja nasceu em torno dela [*Imprensa*], e como resultado de sua leitura antes que ali chegassem pregadores" (RIBEIRO, 1981, p. 101).<sup>108</sup>

Simonton se entusiasmou com o jornal escrevendo sistematicamente dando notícias da sua penetração inclusive em meios não Protestantes: No dia 9 de maio de 1865, escreve à Junta Missionária dizendo que indo a Santos, visitou dois assinantes da *Imprensa* e a quem fora enviado um de seus sermões recentemente publicado. Simonton esclarece que uma dessas pessoas é um americano casado em Lisboa, cujo sogro é marechal do Exército brasileiro, tendo um tio almirante na Marinha e dois outros ministros do exterior. Essa pessoa, disse que o seu sermão estava circulando pela família inteira e sendo lido com grande interesse. "Ele quer que eu publique outro e oferece cinqüenta mil-réis para a despesa". O outro assinante que visitou, lhe disse que a cópia de seu sermão está circulando entre outras pessoas, tendo causado uma revolução nos conceitos que tinham a respeito dos protestantes. Simonton dá outras informações: Um sacerdote do interior subscreveu o jornal e também um advogado do Rio (Carta de 04/5/1865); a mãe de Saldanha Marinho lia a *Imprensa*; um padre, filho do Regente Feijó procurou a Schneider para fazer a sua subscrição (Carta de 08/08/1865); Em 24 de janeiro de 1867 escreve dizendo que a "muito poucos subscritores recusaram renovar suas subscrições. Padres em altas posições têm confessado que a *Imprensa* é uma defensora da verdade".<sup>109</sup> No seu relatório ao Presbitério do Rio de Janeiro (1867), mesmo dizendo que não lhe era possível dar detalhes minuciosos de todas as suas atividades, destaca a *Imprensa*: "Outro trabalho que me tem roubado muito tempo é a publicação da *Imprensa* Evangélica. A importância de uma folha evangélica não pode ser contestada. Por este meio muitos se instruem, que não estão ao alcance dos [demais meios atualmente empregados para a propagação do Evangelho]" (SIMONTON, 1866-1875, 12/07/1867).

A *Imprensa* conquistou assinantes; tendo, aos poucos, uma gama variada de leitores, sendo assinada por homens simples, da capital e do interior, bem como por padres católicos, pessoas de alta posição e intelectuais; entre eles, o jovem cronista, Machado de Assis, que fez referência ao jornal quando discute a questão da liberdade religiosa.<sup>110</sup>

A *Imprensa* permaneceu até 02/07/1892, quando foi publicado o seu último número, durando assim, quase 28 anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

<sup>108</sup>Vejam-se outros exemplos, in: RIBEIRO, 1987, p. 162.

<sup>109</sup>Todas as informações desse parágrafo fora extraídas de LANDES, 1956, p. 48-49.

<sup>110</sup>Machado de Assis, Crônica de 22 de novembro de 1864, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*. (ASSIS, 1959, Vol. 23, p. 244) Machado de Assis continuou a discussão a respeito da questão religiosa na "Crônica" seguinte (29/11/1864), tratando da pregação do "Dr. Kelly". (provavelmente o nome de Kalley fosse então assim pronunciado).

Até o início do século XIX podemos dizer que a Inquisição varrera da Espanha e de Portugal a Reforma e, até mesmo o interesse por tal assunto; tanto é assim, que trezentos anos depois da Reforma, nestes países o protestantismo não existia.

Como vimos, a possibilidade de entrada do Protestantismo no Brasil dentro dos trâmites legais era inexistente; por outras vias, era praticamente impossível, visto que os estrangeiros não podiam desembarcar no Brasil sem a devida autorização de Sua Majestade ou sob à vigilância dos guardas (RIBEIRO, 1973, p. 16). Quanto à presença protestante no Brasil através dos Franceses (o último huguenote foi enforcado, no Rio de Janeiro, em 1567) e Holandeses (1630-1654), os seus trabalhos no campo da religião, não deixaram um rastro tão profundo que o tempo, ajudado pela ação jesuítica, não pudesse apagar.<sup>111</sup> Em 1656 Antônio Paraupaba pede socorro aos Estados Gerais em favor da nação indígena do Brasil que havia abraçado a religião Reformada; a certa altura diz: “Ajudem agora! A luz da Palavra de Deus será apagada por falta de pastores” (*Apud* SCHALKWIJK, 1986, p. 312). O padre Vieira – mesmo admirado com a educação e a religiosidade dos índios calvinistas –, encarregou-se pessoalmente da sua “reconversão” (SCHALKWIJK, 1986, p. 312-314).<sup>112</sup> A literatura protestante inexistia, não sendo encontrada nenhuma obra de cunho religioso escrita por protestante, em biblioteca de intelectuais da época.

No entanto, no início do século XIX as portas jurídicas foram se abrindo<sup>113</sup> e o protestantismo passou a ser legalmente tolerado e, aos poucos, foi se integrando à sociedade brasileira. Um dos meios utilizados para a proclamação da fé protestante, foi a palavra impressa, tendo como primazia a Bíblia, a palavra de Deus escrita. Este princípio sempre caracterizou o protestantismo, partindo do princípio de que Deus fala por intermédio de Sua Palavra, a Bíblia, esta, portanto, deve estar traduzida para que todos possam lê-la e ter acesso à revelação de Deus. A fé vem pela Palavra (Rm 10.17). Nesta mesma linha, o protestantismo se valeu da publicação de jornais que difundia a sua fé por meio de sermões, catecismos, confronto com a fé católica, então, praticamente única e, gradativamente foi encontrando o seu espaço.

Creemos que estes meios legítimos se constituíram em oportunidades para a promoção da fé evangélica, aquela mesma do Antigo e do Novo Testamentos, que uma

<sup>111</sup>Southey (1981, Vol. II, p. 376) escreveu: “Vinte e cinco anos tinham estado no país os holandeses e contudo pouca mistura houvera entre as duas nações; era a diferença de religião obstáculo por demais forte, sendo sinceras ambas as parcialidades. (...) Os casamentos mistos que se deram, foram com portuguesas. A maior parte destas seguiriam provavelmente os maridos por ocasião da expulsão; mas se os esposos preferiam ficar no país entre os seus novos parentes, ainda que pessoalmente se não conformassem com a superstição dominante, caíam nela necessariamente os Filhos; de modo que com a primeira geração desapareceu todo o vestígio da religião, língua e costumes dos holandeses. A luta ambiciosa que por tanto tempo sustentaram os holandeses com tão grande dispêndio de sangue e cabedal, nenhum benefício póstumo produziu além do de provar, como advertência a qualquer outra potência, quão impossível é a conquista permanente do Brasil. Povo de tão resoluta nacionalidade como o português, e em semelhante país não há forças humanas que o domem”. Uma visão mais romântica, temos em LESSA, 1937, p. 293-294. Hoornaert (1983, p. 140) diz que “certas noções calvinistas ficaram profundamente arraigadas na mente dos índios nordestinos”, no entanto não diz quais foram.

<sup>112</sup>Vejam-se também: SOUTHEY, 1981, Vol. II, p. 376; RODRIGUES, 1904, p. 73-81.

<sup>113</sup> Sobre este ponto, vejam-se: COSTA, 2005, Vol. 3, nº 3, p. 103-138; 2006, Vol. 4, nº 4, p. 100-135; 2007, Vol. 5, nº 1, p. 75-110; 2007, Vol. 5, nº 2, p. 93-121. ([http://www.mackenzie.br/publicacoes\\_est0.html](http://www.mackenzie.br/publicacoes_est0.html)).

vez por todas foi entregue aos santos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. *Historia de la Pedagogía*. Novena reimpressão, México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. *As Bíblias Falsificadas ou duas Respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos pelo Christão Velho*. Recife, PE: Typ. Commercial de G. H. de Mira, 1867.
- ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos livros*. Campinas, SP./São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil/Fapesp., 2003.
- ACCIOLY, Hildebrando. *Os Primeiros Núncios no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, (1949).
- ALGRANTI, Leila Mezan, Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, org. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp., 2002, p. 91-119.
- ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1869.
- ANGUS, Joseph. *História Doutrina e Interpretação da Bíblia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1971.
- ARAÚJO JÚNIOR, Adalberto G. A Biblioteca de um Cristão-Novo nas Minas de Goiás. In: GORENSTEIN, Lina & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, orgs. *Ensaio sobre a Intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo (Homenagem a Anita Novinsky)*. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 321-339.
- ARAÚJO, Ana Cristina B. de. As Invasões Francesas e a Afirmação das Idéias Liberais. In: MATTOSO, José, dir. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, Vol. V, p. 21-40.
- ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP., 1981.
- ASSIS, Machado de. *Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc., Vol. 23, 1959.
- ATKINSON, James. *Lutero e o Nascimento do Protestantismo*. 2ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- BACON, Francis. *Novum Organum*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. XIII), 1973.
- BAINTON, Roland H. *Martin Lutero*. 3ª ed. México: Ediciones CUPSA., 1989.
- BANDECCHI, Brasil. et. al. (Redator), *Nôvo Dicionário de História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1970.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense: In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, (“Edição Facsimilar”). São Paulo/Brasília, DF.: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001, Vol. I, p. IX-XVI.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. *O Problema da Imprensa*. 3ª ed., São Paulo: EDUSP./Com-Arte, 1997.
- BERGER, Paulo. *A Tipografia no Rio de Janeiro – Impressores Bibliográficos 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984.
- BIÉLER, André. *A Força Oculta dos Protestantes*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999.
- BIÉLER, André. *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*. São Paulo: Casa

- Editora Presbiteriana, 1990.
- BITTENCOURT, B.P. *O Novo Testamento: Cânon-Língua-Texto*. São Paulo: ASTE., 1965.
- BOXER, C.R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, (1981).
- BOXER, C.R. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, (1977).
- BOXER, C.R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, C.R. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP., 1973.
- BRAGA, Erasmo; GRUBB, Kenneth G. *The Republic of Brazil*. New York: World Dominion Press, 1932.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, (Reimpressão), 1997, 2 Vols.
- BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia – De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BROWN, Colin. *Filosofia e Fé Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1983.
- BRUCKBERGER, R.L. *A República Americana*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.
- BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BURKE, Peter. Os usos da alfabetização no início da Itália Moderna: in: BURKE & PORTER, orgs. *História Social da Linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/Cambridge, 1997.
- CAIRNS, E.E. *O Cristianismo Através dos Séculos: Uma História da Igreja Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1984.
- CALAÇA, Carlos E. *Anti-Semitismo na Universidade de Coimbra (cristãos-novos letrados do Rio de Janeiro: 1600-1730)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP., 2005.
- CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. Campinas, SP./São Paulo, SP.: Luz para o Caminho/Casa Editora Presbiteriana, 1985.
- CALVINO, João. *Exposição de Romanos*. São Paulo: Paracletos, 1997.
- CAMARGO, Ana Maria de A.; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP/Livraria Kosmos Editora, 1993, Vol. I.
- CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC., 1979.
- CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908*. Recife, PE: Typographia do “Jornal do Recife”, 1908.
- CASCUDO, Luis da Câmara. Notas ao livro de KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, 2ª ed., Recife, PE.: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, (Coleção Pernambucana, Vol. XVII), 1978.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2004.
- CERVO, Amado L., et. al. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (1964).

- CHANTAL, Suzanne. *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2005.
- CHARTIER, Roger. *Inscriver e Apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Editora UNESP., 2007.
- CHARTIER, Roger. Prefácio à obra de Denis Diderot, *Carta Sobre o Comércio do Livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHAUNU, Pierre. O Tempo das Reformas (1250-1550): História Religiosa e Sistema de Civilização: II A Reforma Protestante, Lisboa: Edições 70, (1993).
- CHAVES, Maria de Melo. *Bandeirantes da Fé*. Belo Horizonte: Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais, 1947.
- COROMINAS, J.; PASCUAL, J.A. *Diccionario Critico Etimológico Castellano e Hispânico*. Madrid: Editorial Gredos, 1980, Vol. 1.
- COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos 1701-1739*. 2ª ed., Recife, PE.: FUNDARTE, 1984, Vol. 5.
- COSTA, Hermisten M.P. da. O Protestantismo no Brasil: aspectos jurídicos, culturais e sociais de sua implantação. In: *Revista Ciências Religião: História e Sociedade*. São Paulo: Publicação da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Vol. 3, nº 3 (2005), p. 103-138; Vol. 4, nº 4 (2006), p. 100-135; Vol 5, nº 1 (2007), p. 75-110; Vol. 5, nº 2 (2007), p. 93-121.
- COSTA, Hermisten M.P. da. *A Inspiração e Inerrância das Escrituras: Uma Perspectiva Reformada*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.
- COSTA, Hermisten M.P. da. *Raízes da Teologia Contemporânea*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Porto Alegre: RS.: Associação Rio-Grandense de Imprensa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
- COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, (Edição Fac-Similar). São Paulo/Brasília, DF.: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-2002, 31 Vols.
- COSTELLA, Antonio E. Cronologia Pessoal: In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. (Edição Fac-Similar). São Paulo/Brasília, DF.: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001, Vol. XXX/1, p. 173-182.
- DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DARNTON, Robert. *Edição e Sedução: O universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, © 1996, 2008.
- DARNTON, Robert. *Os Dentes Falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, 2 Vols.
- DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DESLANDES, Venâncio. Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E.P., 1988.
- DICKINSON, Edward. *Music in The History of The Western Church*. London: Smith, Elder & Co., 1902.
- DIDEROT, D. *Carta sobre o Comércio do Livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

- DINES, Alberto. Aventuras e Desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca: Nova Documentação sobre malograda tipografia do Rio de Janeiro no século XVIII, com achegas aos 190 anos da imprensa brasileira. In: FALBER, Nachman, et. al. Orgs. *Em Nome da Fé: Estudos in Memoriam de Elias Lipiner*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 75-89.
- DINES, Alberto. O Patrono e Seu Modelo. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, (Edição Fac-Similar). São Paulo/Brasília, DF.: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001, Vol. 1.
- DOURADO, Mecenaz. *Hipólito da Costa e o "Correio Braziliense"*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, 2 Vols.
- DOWEY JR., Edward A. Documentos Confessionais como Hermenêutica: *in*: MCKIM, Donald K. ed. *Grandes Temas da Teologia Reformada*. São Paulo: Penedão Real, 1999.
- DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos*. São Paulo: Editora UNESP./Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- ESCOLAR, Hipólito. *Historia del Libro*. 2ª ed. corregida y ampliada, Salamanca/Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide, 1988.
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henry-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Hucitec., 1992.
- FLEIUSS, Max. *Páginas de História*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.
- FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego; Como era Gonzaga?; e Outros temas mineiros*. 2ª ed. rev. e aum., São Paulo: Itatiaia/EDUSP., 1981.
- GLASS, Frederic C. *Aventuras com a Bíblia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Evangélica, [s.d.].
- GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses Livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, MG./São Paulo: Itatiaia/EDUSP., 1990.
- GUEDES, Fernando. *Os Livreiros Franceses de Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1998.
- GUEDES, Fernando. *O Livro como Tema: história, cultura e indústria*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.
- HAHN, Carl Joseph. *História do Culto Protestante no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1989.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP., 1985.
- HAUBERT, Máximo. *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1990.
- HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HILL, Christopher. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- HOLDEN, Ricardo. *As Accusações Contra os Protestantes na Pastoral do Arcebispo da Bahia*. Bahia: Typ. Poggetti, 1863.
- HOORNAERT, Eduardo, et. al. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*. São Paulo/Petrópolis, RJ.: Paulinas/Vozes, 1983, (História

- Geral da Igreja na América Latina, II/1).
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1974.
- IMPrensa EVANGÉLICA. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert e Typographia Perseverança, 1864-1892.
- JARDIM, Henrique de Souza, et. al. *Esboço Histórico da Escola Dominical da Igreja Evangélica Fluminense*. Rio de Janeiro: [s. Edit], 1932.
- JUST, Gustav. *Deus Despertou Lutero*. Porto Alegre, RS.: Concórdia, 1983.
- KENNEDY, J.L. *Cincoenta Anos de Methodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., Vol 1 (1951); Vol. 2 (1943).
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*. São .
- KOLB, J.B. Rev. Alexandre L. Blackford, D.D.: In: *Quadragésimo Aniversário da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro 1862-1902*. Rio de Janeiro: Casa Editora Presbiteriana, (1902).
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, 2ª ed. Recife, PE.: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, (Coleção Pernambucana, Vol. XVII), 1978.
- KRISTELLER, Paul. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, (1995).
- KUHN, Thomas. *A Revolução Copernicana*. Lisboa: Edições 70, (2002).
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. 2ª ed (1ª reimpressão), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- LACOMBE, Américo J. Notas à obra de GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, MG./São Paulo: Itatiaia/EDUSP., 1990.
- LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas*. Porto Alegre, RS.: L&PM, 1994.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Mendigo e o Professor: a saga da família Platter no século XVI*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, Vol. 1.
- LAFAYE, Jacques. *Albores de la imprenta. El libro en España y Portugal y sus posesiones de ultramar (siglos XV-XVI)*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002 (Primeira reimpressão, 2004).
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 3ª ed.. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- LANDES, Philip S. *Ashbel Green Simonton*. Fort Worth, Texas: Don Cowan Company, 1956.
- LE GOFF, Jacques. Trabalho: in: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude, coords. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Bauru, SP/São Paulo: Editora da Universidade Sagrado Coração/Imprensa Oficial do Estado, 2002, Vol. 2, p. 559-572.
- LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. 3ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *Por Amor às Cidades*. São Paulo: Editora Unesp., (2ª reimpressão), 1998.
- LEITE, A. Pedro de Cerqueira. *As Bíblias Falsificadas: Resposta à Uma Velha Pastoral*. São Paulo: Typographia A Vapor de Jorge Seckler & C., 1882.
- LELLO, José & LELLO, Edgar, eds. *Lello Universal*. Porto: Lello & Irmão Editores, (s.d.), 2 Vols.
- LÉONARD, Émile G. *O Protestantismo Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo:

- JUERP; ASTE; 1981.
- LESSA, Vicente T. *Annaes da 1ª Igreja Presbyteriana de São Paulo*. São Paulo: Edição da 1ª Igreja Presbyteriana Independente, 1938.
- LESSA, Vicente Themudo. *Mauricio de Nassau, o Brasileiro*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937.
- LINDSAY, T.M. *La Reforma en su Contexto Histórico*. Barcelona: CLIE., (1985).
- LOPES, Augustus Nicodemus. *A Bíblia e Seus Intérpretes*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.
- LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. Da Costa: In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, (Edição Fac-Similar). São Paulo/Brasília, DF.: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001, Vol. XXX/1, p. 15-60.
- MACEDO, Jorge Borges de. *O Bloqueio Continental*. 2ª ed., rev., Lisboa: Gradiva, 1990.
- MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XIX*, 2ª ed., Lisboa: Editorial Quercus, 1982.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa Abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla P. de Brito, orgs. *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ., 2008, p. 243-259.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAN, John. *A Revolução de Gutenberg: A história de um gênio e de uma invenção que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- MAQUIAVEL, N. Carta de Maquiavel a Francesco Vettori. in: *O Príncipe*., São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, Vol. IX), 1973.
- MARTINS, Ana Luiza, Imprensa em Tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, orgs. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 45-80.
- MARTINS, Ana Luiza, Sob o Signo da Censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, org. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp., 2002, p. 155-179.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.
- MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3ª ed., São Paulo: Ática, 2002a.
- MAURO, Frédéric, coord. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*. Lisboa: Estampa, 1991, Vol. VII.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MCGRATH, Alister E. *Fundamentos do Diálogo entre Ciência e Religião*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MCMURTRIE, D.C. *O Livro: Impressão e fabrico*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (1982).
- MEIN, John. *A Bíblia e Como Chegou Até Nós*. 3ª ed. Atualizada e ampliada, Rio de Janeiro: JUERP., 1977.
- MELLO, José Barboza. *Síntese Histórica do Livro*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, S.A., 1972.
- MELO, José Marques de. *Sociologia da Imprensa Brasileira*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1973.

- METHODISTA CATHOLICO, Rio de Janeiro: Publicação Quinzenal da Igreja Metodista Episcopal do Brazil, 1866.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.
- MOREL, Marco, Os Primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, orgs. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-43.
- MULLETT, Michael. *A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna Européia*. Lisboa: Gradiva, 1985.
- NEW, John F.H. *Renaissance and Reformation: A Short History*. New York: John Willey & Sons, Inc., 1969.
- NUNES, Ruy A. da Costa. *História da Educação no Renascimento*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.
- O ESTANDARTE, Órgão oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, São Paulo, 1912.
- PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.
- PASSOS, Alexandre. *A Imprensa no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.
- PAULA, Sergio Goes de. Organização e introdução. *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- PIRENNE, H. *História Econômica e Social da Idade Média*. 6ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- POPKIN, Richard H. *História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.
- PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL. “Denúncias da Bahia 1591-1593”. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1925.
- READ, William R. et. al. *O Crescimento da Igreja na América Latina*. São Paulo: Mundo Cristão, (1969).
- READ, William R. *Fermento Religioso nas Massas do Brasil*. Campinas, SP.: Livraria Cristã Unida (1967).
- REID, W. Stanford. A Propagação do Calvinismo no Século XVI: in: REID, W.S. ed. *Calvino e Sua Influência no Mundo Ocidental*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.
- REILY, Duncan A. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE. 1984.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, Da Autonomia ao Cisma*. São Paulo: O Semeador, 1987.
- RIBEIRO, Boanerges. *José Manoel da Conceição e a Reforma Evangélica*. São Paulo: Livraria O Semeador, 1995.
- RIBEIRO, Boanerges. *O Padre Protestante*. 2ª ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1979.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888*. São Paulo: Pioneira/Fundação Educacional Presbiteriana, 1973.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp., 1980, 2 Vols.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

- RIZZINI, Carlos. *O Jornalismo Antes da Tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- RIZZINI, Carlos. *O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- RIZZO JR., Miguel. *Sozinha*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1988.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilã – Editor, (s.d.), 10 Vols.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilã – Editor, (s.d.), 10 Vols.
- ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado*. Rio de Janeiro: (edição da Igreja Evangélica Fluminense ?), (1941), 4 Vols.
- ROCHE, Daniel, A Censura e a Indústria Editorial. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel, orgs. *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1755-1800*. São Paulo: EDUSP., 1996, p. 21-48.
- RODRIGUES, J.C. *Religiões Acatólicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Escriptorio do “Jornal do Commercio”, 1904.
- ROSSI, Paolo. *O Nascimento da Ciência Moderna na Europa*. Bauru, SP.: EDUSC, 2001.
- SALVADOR, José Gonçalves. *História do Metodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1982, Vol. 1.
- SARAIVA, António J. *História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, 2 Vols.
- SCHAEFFER, F.A. *La Fe de los Humanistas*. 2ª ed. Madrid: Felire, 1982.
- SCHAFF, David S. *Nossa Crença e a de Nossos Pais*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Metodista, 1964.
- SCHAFF, Philip. *The Creeds of Christendom*. 6ª ed., Revised and Enlarged, Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, (1931), 3 Vols.
- SCHALKWIJK, Frans L. *Igreja e Estado no Brasil Holandês 1630-1654*. Recife: PE.: FUNDARTE, (Coleção Pernambucana – 2ª fase, Vol. 25), 1986.
- SCHNEIDER, F.J.C. Relatório de Schneider apresentado ao Presbitério do Rio de Janeiro. In: *Coleção Carvalhosa – Relatórios Pastorais, 1866-1875* (fonte manuscrita).
- SCHWARCZ, Lilia M., et. al. *A Longa Viagem das Bibliotecas dos Reis: Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SERRÃO, Joaquim V. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Verbo, 1982, 7 Vols.
- SERRÃO, Joel, dir. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, (1981), 6 Vols.
- SICHEL, Edith. *O Renascimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Zahar, 1977.
- SILVA JÚNIOR, Ismael da. *Notas Históricas sobre a Missão Evangelizadora do Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: (s. editora), 1960.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, coord. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986, Vol. VIII.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1981.
- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil, (1500/1820)*. 8ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SIMONTON, A.G. *Diário, 1852-1867*. São Paulo: CEP/O Semeador, 1982.

- SIMONTON, A.G. Relatório de Simonton apresentado ao Presbitério do Rio de Janeiro. In: *Coleção Carvalhosa – Relatórios Pastorais, 1866-1875*. (fonte manuscrita).
- SIMONTON, William. *Family History: Genealogical, Historical and Biographical of the Simonton and Related Families*. St. Paul, Minn.: Webb Publishing Company, 1900.
- SIQUEIRA, Sonia A. de. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP., 1988.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP., 1981, 3 Vols.
- STEINBERG, S.H. *500 Años de Imprenta*. Barcelona: Ediciones Zeus, 1963.
- SUESS, Paulo, coordenador. *A Conquista Espiritual da América Latina*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1992.
- TUCKER, H.C. “Centenário Metodista Sul-Americano (1836-1936). In: *Expositor Cristão*, 03/3/1936.
- TURRETIN, Francis. *Institutes of Elenctic Theology*. Phillipsburg, NJ.: P & R Publishing, 1992, Vol. I.
- USHER, Abbott P. *História das Invenções Mecânicas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1973, 2 Vols.
- VARNHAGEN, Francisco A. de. *História Geral do Brasil: Antes da Sua Separação e Independência de Portugal*. 4ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1951, Vol. 5.
- VERGER, Jacques. Universidade: In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude, coords. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP/São Paulo:SP.: Editora da Universidade Sagrado Coração/Imprensa Oficial do Estado, 2002, Vol. 2, p. 573-588.
- VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Bauru, SP.: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- VIANNA, Helio. *D. Pedro I, Jornalista*. São Paulo: Melhoramentos, (1967).
- VIEIRA, David G. *O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil*. Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- VILLAÇA, Antônio C. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Censura Literária e Inventividade dos Leitores no Brasil Colonial. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, org. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp., 2002, p. 45-89.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A.; MELO E SOUZA, Laura, orgs. *História da Vida Privada no Brasil*. 10ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, Vol. 1, p. 332-385.
- VOLTAIRE, François M.A. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. XXIII), 1973.
- WALDVOGEL, Luiz. *A Fascinante História do Livro*. São Paulo: União Cultural Editora Limitada, (1952).
- WATSON, F.J.B. Clément Marot. In: ASHMORE, Harry S., Editor in Chief. *Encyclopaedia Britannica*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, INC. 1962, Vol. 14.

WENDEL, François. *Calvin*. New York: Harper & Row, Publishers, 1963.

WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Maringá, 24 de dezembro de 2009  
Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa